

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

HÉLIDA RODRIGUES DE LIMA CARLOS

A biografia de uma professora transexual em Brasilândia/MS:
diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual

Três Lagoas, MS
2021

HÉLIDA RODRIGUES DE LIMA CARLOS

A biografia de uma professora transexual em Brasilândia/MS:
diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Ap. M. Zarbato.

TRÊS LAGOAS – MS
2021

HÉLIDA RODRIGUES DE LIMA CARLOS

A biografia de uma professora transexual em Brasilândia/MS:
diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Educação.

Três Lagoas, MS, 25 de junho de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Jaqueline Aa. Martins Zarbato (Orientadora)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa Dra Ione Nogueira (Membro Interno)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof Dr Ademilson Bastista Paes (Membro da banca externo)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Christian Muleka Muwewa (Membro suplente interno)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Silvia Fávero Arend (Membro suplente externo)
Universidade Estadual de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar todos meus sonhos. Obrigada por me permitir errar, aprender e crescer, por Sua eterna compreensão e tolerância, por Seu infinito amor, pela Sua voz “invisível” que não me permitiu desistir e principalmente por ter me dado uma família tão especial, que sempre acreditou que eu seria capaz.

À Profa. Dra Jaqueline Zarbato pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes. Das vezes que nos encontramos virtualmente, eu me estava, em muitas ocasiões, desestimulada e bastavam alguns minutos de conversa e umas poucas palavras de incentivo e lá estava eu, com o mesmo ânimo do primeiro dia de aula. Obrigada por acreditar em mim. Tenho certeza de que não chegaria neste ponto sem o seu apoio. Você foi e está sendo muito mais que orientadora. Em nome da minha orientadora, agradecer a participação da professora Jhenifer Ragnaroni, que foi fundamental para dar vida a minha pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, Prof^a Dra Ione da Silva Cunha Nogueira e Prof. Dr. Ademilson Batista Paes, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação, em vossos nomes, agradecer todos os professores que compartilharam conosco seus saberes.

Às minhas amigas de mestrado Elisangela, Crisley e Cema, pelas leituras, revisões, questionamentos e discussões sempre tão produtivas, companheiras das angústias e das felicidades, compartilhamos momentos únicos.

À minha família, por apoiarem e compreenderem o meu isolamento em inúmeras tardes de domingo. Meus agradecimentos ao meu pai Sérgio e meu irmão André, que mesmo distantes me incentivavam e não me deixavam desistir. Ao meu esposo Alexandre, deixo um agradecimento especial por todas as lições de amor, companheirismo, amizade, caridade, dedicação, abnegação, compreensão e perdão que você me deu a cada novo dia. Sinto-me orgulhosa e privilegiada por ter pessoas tão especiais. Aos meus filhos Bárbara Vitoria, Bianca Apoiná e Alexandre Filho, por todo amor, carinho, compreensão e apoio em tantos momentos difíceis desta caminhada. Obrigada por permanecerem ao meu lado, mesmo sem os carinhos rotineiros, sem a atenção devida depois de tantos momentos de lazer perdidos. A vossa existência é o

reflexo mais perfeito da existência de Deus. Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

Compreender a diversidade sexual no contexto social e educacional se apresenta como um dos desafios para os estudiosos das áreas humana, sobretudo da educação. Partindo da percepção de que a diversidade sexual está presente no cotidiano escolar, temos como objetivo dessa pesquisa investigar a diversidade sexual numa escola de Brasilândia, MS, a partir da memória e biografia de uma professora transexual, Jhenifer Ragnaroni. Analisar a memória e a trajetória de vida pessoal/profissional dessa professora contribui para a análise do deslocamento do olhar sobre as práticas pedagógicas convencionais (tradicionais), ampliando os diálogos sobre sexualidade na escola. Utilizei a história oral como método de pesquisa, ancorando-nos na abordagem biográfica, com ênfase na memória e narrativas da professora, o que possibilita estabelecer relações entre as influências sofridas no decorrer de sua vida e formação. No processo de pesquisa analisamos a trajetória da professora Jhenifer com as narrativas que perpassam a infância, a família, e o trabalho, pontuando as concepções de sexualidade e de gênero vivenciadas no percurso de inserção nas escolas. O trabalho utiliza dados coletados por meio de entrevista com questões subjetivas e abertas e anotações pessoais do sujeito pesquisado – caderno de memórias. Ao estudar sua história de vida, inevitavelmente aprecio sua contribuição para a formação de novos modos de intervenção e prática no cotidiano escolar em relação a sexualidade, capazes de combater o preconceito e promover a igualdade. A biografia compõe os elementos principais para a análise, visando compreender as experiências vividas pelo outro, contribuindo, para a pesquisa, de forma significativa para os estudos voltados para a sexualidade na educação.

Palavras-chave: Educação. Transexualidade. Sexualidade. Gênero.

ABSTRACT

Understanding sexual diversity in the social and educational context presents itself as one of the challenges for scholars in the human fields, especially in education. Based on the perception that sexual diversity is present in school life, we aim to investigate sexual diversity in a school in Brasília, MS, based on the memory and biography of a transsexual teacher, Jhenifer Ragnaroni. Analyzing the memory and the personal / professional life trajectory of this teacher contributes to the analysis of the displacement of the gaze on conventional (traditional) pedagogical practices, expanding the dialogues about sexuality at school. I used oral history as a research method, anchoring us in the biographical approach, with an emphasis on the teacher's memory and narratives, which makes it possible to establish relationships between the influences suffered during her life and training. In the research process, we analyzed the trajectory of Professor Jhenifer with the narratives that pervade childhood, family, and work, punctuating the conceptions of sexuality and gender experienced in the insertion path in schools. The work uses data collected through interviews with subjective and open questions and personal notes of the researched subject - memory notebook. When studying his life history, I inevitably appreciate his contribution to the formation of new modes of intervention and practice in school daily life in relation to sexuality, capable of combating prejudice and promoting equality. The biography composes the main elements for the analysis, aiming to understand the experiences lived by the other, contributing, for the research, in a significant way to the studies focused on sexuality in education.

Keywords: Education. Transsexuality. Sexual diversity. Sexuality. Gender.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO.....	11
1 ABORDAGENS SOBRE IDENTIDADES E DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR	19
1.1 Diversidade de gênero	21
1.2 Concepções educativas sobre diversidade de gênero.....	26
1.3 Diversidade Sexual	33
2 NARRATIVA BIOGRÁFICA E MEMÓRIA: PERCURSOS E CAMINHOS PARA UMA ESCOLA PLURAL	36
2.1 Escola plural: legislação, culturas e educação	38
2.2 “Colocando-se no lugar do outro”: Jhenifer na escola.....	44
3 JHENIFER: TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DE UMA PROFESSORA TRANS EM BRASILÂNDIA/MS.....	51
3.1 Infância, adolescência e família: diálogos sobre a constituição de identidade de gênero	53
3.2 A escola, o ‘ser professora trans’ e os desafios	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXOS	73
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	74
Anexo B - Memorial descritivo - Jhenifer	75
Anexo C - Fotos	86

APRESENTAÇÃO

Construir uma dissertação de mestrado é uma tarefa que exige muito da pesquisadora, pois bem, nunca achei que seria fácil. E dessa forma essa pesquisa representa a essência do olhar de pesquisadora junto à linha de pesquisa em que me propus a estudar: Educação, Infâncias e Diversidades, Mestrado em Educação/CPTL/UFMS.

Mestrado sempre foi um sonho, pois gosto muito de estudar, porém com as adversidades do dia a dia não via possibilidade de cursar mestrado, primeiro porque era muito longe da minha cidade e depois, devido ao meu trabalho e a minha família, estava ficando cada vez mais difícil. Me formei em educação física na UNESP – Presidente Prudente, em 2002, tinha apenas 21 anos de idade, mas já era casada e tinha uma filha de dois anos. Após minha formatura voltei para Brasilândia, minha terra natal, cidade pequena do interior do estado do Mato Grosso do Sul. No mesmo ano fiz o concurso municipal e já comecei a trabalhar como professora efetiva do quadro municipal. Com o passar dos anos, cursei pedagogia a distância pela Universidade Federal da Grande Dourados / UFGD - primeira turma a cursar Ensino a Distância/EAD -, na sequência fiz uma pós-graduação em coordenação pedagógica pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / UFMS. Passei no concurso para rede estadual de ensino no ano de 2013 e atuei como professora no estado por três anos e alcancei a coordenação pedagógica, tenho 60h/a, sendo 40h no município e 20h no estado. Hoje estou na direção da Escola Estadual Adilson Alves da Silva.

Em 2019 abriu a primeira turma de Mestrado em Educação no campus de Três Lagoas da UFMS, a 60 Km da minha cidade. Resolvi tentar por incentivo de uma amiga. Passei por todas as etapas e foi na arguição do projeto que percebi o quão precisava conhecer sobre diversidades, e seria o mestrado que me daria essa oportunidade, mas sabia que teria que sair da minha zona de conforto.

O tema do projeto foi o primeiro a mudar, pois com as aulas obrigatórias do mestrado compreendi que seria necessário sair da rotina e trilhar outros caminhos como pesquisadora. Segui fazendo sutis alterações, porém, quando conheci minha orientadora, a profa. Dra. Jaqueline Zarbato, tudo mudou. A princípio me apresentou a pesquisa etnográfica, fiquei apreensiva, mas logo me identifiquei com o método e seguimos nessa linha. Muitas vezes sentia-me perdida, desesperada, mas os professores me acalmavam e encorajavam-me a seguir. O mestrado na minha vida vem sendo um grande desafio, pois

não é fácil conciliar estudo, trabalho e família. Sempre gostei de desafios e encaro o mestrado como uma grande oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Iniciada as aulas obrigatórias presenciais pude cursar as seguintes disciplinas no primeiro semestre:

- Educação e Diversidade Sociais, ministrada pelos professores doutores Christian Muleka Mwewa e Jaqueline Aparecida Martins Zarbato;
- Fundamentos Históricos e Epistemológico da Educação da Infância, ministrada pelo prof. Dr. Tarcisio Luiz Pereira;
- Seminário de Dissertação I, ministrada pelo professor Dr. Christian Muleka Mwewa e a professora Dra. Ione da Silva Cunha Nogueira;

No segundo semestre cursei três disciplinas obrigatórias e duas disciplinas optativas, sendo:

- Políticas Educacionais para Formação de Professores, disciplina obrigatória, ministrada pelos professores doutores Paulo Fioravante Giaretta e Tarcisio Luiz Pereira;
- Seminário de Dissertação II, disciplina obrigatória, ministrada pelo professor Dr. Christian Muleka Mwewa;
- Sociologia da Infância, disciplina obrigatória, ministrada pela professora Dra. Ione da Silva;
- Tópicos Especiais em Educação, disciplina optativa ministrada pela professora Dra. Jaqueline Aparecida Martins Zarbato;
- Educação e Sociedade, disciplina optativa ministrada pelo professor Dr. Christian Muleka Mwewa e pela professora Dra. Jaqueline Aparecida Martins Zarbato;

No terceiro semestre, início do ano de 2020 pude cursar três disciplinas optativas, porém, por motivos da pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus, cursamos de modo não presencial. Foi um período muito difícil para todos, pois tivemos que nos adaptar e mudar alguns caminhos que estávamos trilhando. No meu caso, o método de pesquisa não seria mais a etnografia, uma vez que as escolas foram fechadas e o Brasil parado em diversos segmentos, assim, para mim, um novo começo.

- Estudos Culturais, disciplina optativa, ministrada pelo professor Dr. Christian Muleka Mwewa;
- Histórias e Memórias da Profissão Docente, disciplina optativa ministrada pela professora Dra. Jaqueline Aparecida Martins Zarbato;
- Literatura, Infâncias e Diversidades, disciplina optativa ministrada pelo professor Dr. Wagner Corsino Enedino;

No quarto semestre cursei apenas uma disciplina, sendo essa optativa, ministrada pela professora Dra. Jaqueline Aparecida Martins Zarbato - Tópicos Especiais em Educação: Formação de Professores e Diversidade Cultural.

Ao cursar as disciplinas obrigatórias pude conhecer e refletir sobre as concepções de diversidades, formação de professores, infância e educação, o que muito contribuiu para o embasamento teórico da minha pesquisa. Já as disciplinas eletivas contribuíram para a estruturação da pesquisa, principalmente sobre o método utilizado, que a princípio seria a etnografia, mas como já citado anteriormente, a pandemia impediu de realizar as observações e, junto com a orientadora, optamos pela história oral, utilizando a biografia e memórias, vindo assim ao encontro com o objetivo da pesquisa e possibilitando a continuidade da mesma.

A trajetória do mestrado é árdua e requer muito estudo e dedicação. Isso conta com noites a fora de escritas e leituras. Embora a passos curtos, sem comprometimento e dedicação, seria impossível iniciar-me como pesquisadora.

INTRODUÇÃO

Que o mundo é sortido
 Toda vida soube
 Quantas vezes
 Quantos versos de mim minh'alma houve
 Árvore, tronco, maré, tufão, capim, madrugada, aurora, Sol a pino e poente
 Tudo carrega seus tons, seu carmim
 O vício, o hábito, o monge
 O que dentro de nós se esconde
 O amor, o amor, o amor
 A gente é que é pequeno
 E a estrelinha é que é grande
 Só que ela tá bem longe
 Sei quase nada meu senhor
 Só que sou pétala, espinho, flor
 Só que sou fogo, cheiro, tato, plateia e ator
 Água, terra, calma e fervor
 Sou homem, mulher
 Igual e diferente de fato
 Sou mamífero, sortido, sortido, mutante, colorido, surpreendente, medroso e estupefato
 Sou ser humano, sou inexato

(Luciano Renato, 2017)

Nesta epígrafe apresento a letra da música *de toda cor*, interpretada pelo cantor e compositor Luciano Renato, que me chamou atenção porque fala sobre o respeito e a diversidade de uma forma delicada e sensível. Isso me motiva ainda mais a atuar na educação e continuar nesse caminho escolhido como tema para minha pesquisa. Acredito que a educação seja o caminho para a transformação e que as comunidades LGBTQTs, negros, pobres e as pessoas com deficiência ainda são excluídas da sociedade.

Partindo do entendimento de que a escola tem como função social ensinar e formar cidadãos, respeitando suas características individuais e culturais, no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 destaca que a função da escola deve estar em consonância com os ideais de democracia, cidadania e participação, a escola deve ser um lugar mais igualitário, possibilitando oportunidades e favorecendo a constante participação de diferentes grupos culturais na sociedade, independente de gênero, raça, sexo, cultura ou qualquer marcador social de diferença.

A educação voltada aos direitos humanos e ao reconhecimento à diversidade é indispensável para o desenvolvimento da justiça social e da cidadania. Assim, torna-se fundamental assegurar aos indivíduos uma educação de qualidade, pluralista e emancipatória, que, além de oferecer uma formação científica e cultural, estimule a criticidade e a busca por

aprimoramento, valorizando o diálogo e o convívio pacífico e respeitoso com o outro, considerando todas as diferenças, para que elas não sejam motivo de inferiorização, silenciamento e agressões.

Sabemos que a sociedade brasileira é caracterizada por diversidades culturais, religiosas, etárias, étnicas e de gênero, porém, ainda ocorrem injustiças sociais e manifestações de intolerância. No entanto, a sociedade vem andando vagarosamente no que diz respeito ao racismo, igualdade de gênero, sexualidade, diversidade cultural e entre outros. A população sofre diariamente agressões verbais, físicas, psicológicas, religiosas e como exemplo cito a agressão contra mulheres: segundo um levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto Datafolha os atos de agressão e assédio contra a população feminina assumem proporções alarmantes. Isso mostra que ainda vivemos um predomínio elitista, em que pintam a família como imaculada e a escola como detentora de todo o saber, onde as rotinas escolares, concepções pedagógicas, currículos e livros didáticos trazem representações simplistas, binárias e hierarquizadas de gênero e aos que escolhem seguir um padrão diferente de vida, fora desse estereótipo, estão condenados.

Essa pesquisa foi realizada em Brasilândia, município localizado no sul da região Centro-Oeste do Brasil e a leste de Mato Grosso do Sul, cidade do interior, com a população de 11.816 habitantes. Por ser uma cidade do interior e muito pequena, as características culturais são pautadas no tradicionalismo em relação a sexualidade, em que os homens estão em situação de poder, tendo a homossexualidade como superior em relação a outros gêneros ou orientações sexuais. Dessa forma, a prática pedagógica de uma professora que possui uma identidade não binária e que representa, do ponto de vista social, uma minoria e que sempre viveu à margem da sociedade, é o ponto chave dessa pesquisa.

Quando convidei a professora Jhenifer para fazer parte da minha pesquisa, ela aceitou de imediato. Sempre muito simpática e aberta, por meio da pesquisa ela pode dar mais visibilidade às vidas trans. Uma mulher empoderada que ocupa lugar de destaque na sociedade. A professora leciona em uma escola municipal de ensino fundamental I. A escola conta com 10 salas de aulas, sendo quatro salas de primeiro ano que atendem alunos com a faixa etária de cinco e seis anos, três salas de segundo ano que atendem alunos com faixa etária de seis e sete anos e três salas de terceiro ano que atendem alunos de 07 e 08 anos. Funciona nos períodos matutino e vespertino e tem um coordenador pedagógico por período, uma diretora, uma secretária, duas auxiliares de secretaria, uma cozinheira, duas assistentes de cozinha e três pessoas responsáveis pelos serviços de limpeza. A estrutura física é bem precária, visto que faz parte do patrimônio histórico da cidade e não pode passar por grandes reformas. Trata-se de

uma escola de porte pequeno com muros altos e um único portão, que na maioria das vezes permanece trancado. A quadra de esportes foi construída recentemente, porém está prevista a construção de uma nova escola para desativação desta unidade, apesar de ser bem velha, é muito acolhedora.

Ainda temos a compreensão de que a escola é um local privilegiado, podendo desenvolver nos indivíduos uma consciência crítica, pautadas no reconhecimento da diversidade e enfrentamento da violência e combate ao preconceito, porém é dentro dos muros da escolas que também acontecem injustiças, produzindo o sofrimento no outro, daí a necessidade de se promover a cultura do reconhecimento e aceitação do outro, pois os preconceitos afetam as relações sociais e as pedagógicas, por conseguinte marginalizam e excluem os indivíduos, colocando em risco o direito a educação.

Toda a equipe pedagógica precisa ter um olhar atento, pois a escola exerce, durante um longo período, influência nos principais meios de socialização desse estudante. Assim faz-se necessário ter conhecimento do outro, saber o que este já sabe e o que precisa aprender, quais habilidades desenvolver e valorizar essas ações.

Neste contexto cabe refletir: como vem sendo caracterizada a diversidade sexual na escola?

Essa e outras questões representam um importante aspecto a ser analisado e problematizado presente em diferentes instituições como a escola, a igreja e a família. Porém, nessa pesquisa focaremos na perspectiva escolar e nas inserções da diversidade sexual em seu cotidiano, tendo como base a história de vida da Jhenifer, professora transexual.

Essa temática surgiu da necessidade de investigar como as práticas pedagógicas se estruturam e como lidam com as questões relacionadas a diversidades sexual. Nessa perspectiva nos propomos a analisar as prerrogativas legais e documentais, nacionais e locais relativas à formação de professores/as, bem como da trajetória da professora trans, suas vivências e memórias no que tange a diversidade sexual e de gênero e sua inserção numa escola no município de Brasilândia, Mato Grosso do Sul.

A proposta inicial da pesquisa era fazer uma análise a partir da observação etnográfica, no cotidiano da escola, das ações da professora transexual. Mas devido a pandemia de covid-19, tive somente algumas observações. Por isso, modifiquei a estrutura da pesquisa, com um caderno de memórias produzido com a professora, além de entrevista com questões subjetivas e abertas.

No que intitulei memorial, a professora Jhenifer descreveu desde a sua formação inicial, inserção na escola, ações didáticas e dificuldades enfrentadas no dia a dia escolar até os dias de

hoje, abordando a diversidade sexual e de gênero. Dessa maneira, no processo de pesquisa adotamos a abordagem qualitativa, pois esta valoriza e compreende a trajetória de vida e narrativa da professora transexual em sua ampla dimensão, que envolve o ensino, a vida pessoal e a diversidade sexual.

O processo metodológico utilizado na pesquisa foi a história oral - HO, com ênfase na biografia, narrativas e nas memórias da professora, que possibilitou estabelecer a relação entre as influências sofridas no decorrer de sua trajetória pessoal e profissional. Esse método proporciona captar a memória e representações do sujeito, assim, nos permite entender como o preconceito influencia a percepção da identidade sexual por outras pessoas, pois esse preconceito vem de construções sociais que colocam os transexuais como inferiores, usando expressões negativas e de inferioridade. Com base nas análises Thompson (1998), a história oral devolve a história das pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas. (THOMPSON, 1998, p. 337). A HO se caracteriza como uma metodologia de pesquisa que busca ouvir vozes de sujeitos que não fazem parte da história tradicional e, a partir de sua história de vida e/ou memórias, inseri-los dentro dela. Dessa forma, me propus a incorporar a voz da professora Jhenifer. Ela representa uma singularidade dentro do contexto escolar, e ao inseri-la na história da escola, contribuímos para movimentos de mudanças de postura em relação ao outro, principalmente, os que não se enquadram dentro dos padrões da heteronormatividade. Nessa perspectiva, a entrevista é uma forma de recolher depoimento pertinente a esse procedimento, pois o êxito da entrevista começa na preparação, ou seja, antes mesmo de realizá-la, no compartilhamento da realidade a ser contada, quando há o contato entre o pesquisador e o sujeito.

Nesse sentido, o pesquisador inglês Paul Thompson (1998) produziu vários trabalhos de impacto na perspectiva da HO, assim considera que:

Há algumas qualidades que o entrevistador bem sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e acima de tudo disposição para ficar calado e escutar. (THOMPSON, 1998, p. 254)

A qualidade da relação que se constrói entre o pesquisador e o pesquisado é fundamental para a pesquisa. Durante a entrevista o sujeito pode refletir sobre suas práticas, podendo reformular suas ideias na medida e que se vê na presença do outro que o escuta. Embora haja uma proximidade entre o sujeito pesquisado e o pesquisador, ambos têm interesses diferentes em uma entrevista. O pesquisador interessa ouvir, fazer o registro das narrativas e colher o que

é pertinente para sua pesquisa, seu objeto de estudo. Já o pesquisado relata o que lhe é significativo e importante, enfim, o que para ele precisa ser narrado.

Além disso, nos baseamos nas análises sobre biografia, que contribui efetivamente para a formação individual, pois propicia o exercício da autorreflexão, fazendo mediações entre a história individual e a história social, apontando novos pontos de vistas a serem observados sobre o assunto, o que conduz à compreensão e análise da conduta pessoal e a valorização enquanto pessoas e profissionais. Assim podemos evidenciar a biografia como fonte de pesquisa, principalmente na área educacional, pois assume um caráter duplo, informa e forma, demonstra os retrocessos e avanços vivenciados na trajetória educacional, permitindo aos leitores uma reflexão que conduz a sensibilização dos aspectos cognitivos, afetivos e emocionais. Desta forma, ao utilizar a abordagem biográfica, procuro alcançar meus objetivos em resgatar a trajetória de vida, pessoal e profissional da educadora Jhenifer Ragnarone e compreender seus saberes e pensamentos sobre a sexualidade e a diversidade de gênero na escola. Desse modo, o método biográfico mostra-se “importante para compreender e satisfazer a hermenêutica social do campo psicológico individual”. (FERRAROTTI, 1988, p. 20)

O recurso biográfico é uma metodologia que foi amplamente empregada pelos sociólogos da escola de Chicago nos anos 1920 e 1930, porém, esse método entrou em desuso nas décadas seguintes. A partir da década de 1980 esse método tomou força por ser considerado “um instrumento de investigação e, ao mesmo tempo, um instrumento pedagógico. Essa dupla função de abordagem biográfica caracteriza a sua utilização em ciências da educação” (DOMINICÉ, 1988, p. 148). Fanco Ferrarotti (1988), sociólogo italiano que defende a biografia como método autônomo de investigação, ao notar a perspectiva interpretativa do fato social, afirma que “podemos conhecer o social a partir da especificidade irreduzível de uma práxis individual”. (FERRAROTTI, 1988, p.27)

Dessa forma, o método biográfico torna-se legítimo, de modo que, as narrativas se caracterizam com micro relações sociais que faz com que o pesquisador compreenda os processos de ligações que se formam no cotidiano do indivíduo. A história de vida, por meio das narrativas, possibilita que o sujeito faça uma retrospectiva de sua vida, olhando todo o caminho que percorreu, dando significado aos acontecimentos de sua vida, situando quais atitudes, escolhas, pessoas, decisões foram significativas para sua trajetória de vida, sendo os relatos, a forma de como esse sujeito interpreta sua experiência. Dominicé (1988b) esclarece sobre o uso das histórias de vida, afirmando que:

a história de vida é outra maneira de considerar a educação. Já não se trata de aproximar a educação da vida, como nas perspectivas da educação nova ou da

pedagogia ativa, mas de considerar a vida como o espaço de formação. A história de vida passa pela família. É marcada pela escola. Orienta-se para uma formação profissional, e em consequência beneficia de tempos de formação contínua. A educação é assim feita de momentos que só adquirem o seu sentido na história de uma vida. (DOMINICÉ. 1988b, p. 140)

A partir de suas narrativas tecemos as discussões sobre o contexto da escola, a diversidade sexual e gênero, entrelaçando a concepção da história oral e a biografia. No processo metodológico analisamos como a professora realiza as intervenções e de que forma lida com as situações que envolvem a diversidade sexual e de gênero na escola. O memorial pode ser compreendido como um exercício discursivo, que se fundamenta como “práticas organizadoras da realidade”. (FOUCAULT, 2000, p. 56)

O que nos leva a compreender que a análise do memorial produzido pela professora Jhenifer envolve as práticas e propostas para além da vida pessoal, evidenciando a inserção no espaço escolar. Para entender como as representações das memórias da professora se constituem, parti do pressuposto de que a história humana se desenvolve ao longo do tempo, motivo pelo qual escolhi fazer o uso da nomenclatura “trans”, não vendo a necessidade de um enquadramento engessado dessa ou daquela nomenclatura, uma vez que a própria professora, em alguns momentos, fez questão de deixar claro que “trans” seria uma expressão que abarca pessoas não binárias, um termo guarda-chuva.

A escola pública lida com as diversidades e alteridades no seu dia a dia, o que permite desenvolver o respeito e a diferença, tratando com igualdade de condições o outro. Candau e Moreira (2003, p. 161) apontam que “a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença”. A instituição escolar silencia e neutraliza a pluralidade, homogeneizando e disciplinando os indivíduos. Desta forma, é necessário desenvolver ações que potencializam o desenvolvimento da aprendizagem respeitando cada indivíduo.

Guacira Lopes Louro (2000), em suas pesquisas acerca da exclusão das minorias de gênero na história da educação, apresenta uma visão culturalista, que ressalta a importância de diferenciar as identidades de gênero das identidades sexuais, por mais que na prática essas dimensões estejam inter-relacionadas.

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de “marcas” biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados (LOURO, 2000, p.8).

Nesse sentido, analisar como se impõe a dinâmica da ação educativa da professora Jhenifer, com sua identidade de gênero, com sua complexidade de vida e com sua significação

histórica nos leva a ver a ação educativa de profissionais, em sua ampla manifestação de corporeidade, de saberes e de ser humano.

Na abordagem da dissertação dividimos os capítulos de forma a apresentar o processo de construção de análise sobre identidades, sexualidade, biografia e trajetória da professora.

No capítulo 01, intitulado *Abordagens sobre identidades e diversidade sexual no ambiente escolar* são discutidos o conceito de diversidade sexual e de gênero, dialogando sobre as perspectivas teóricas que abordam questões de diversidade no ambiente escolar. A diversidade sexual abarca conceitos e concepções que envolvem identidades, alteridade e cultura, para tanto, tecemos uma reflexão sobre esses temas, para melhor compreensão. Sobre a diversidade de gênero, propomos esclarecer as diferenciações dos termos, pois muitas vezes são compreendidos como sinônimos. Para isso, tomamos como base Judith Butler que apresenta o gênero como uma construção social e se baseia numa heteronormatividade compulsória. Buscamos fazer um paralelo com as leis que regulamentem e os documentos que regem a educação.

No capítulo 02 apresento a *Narrativa biográfica e memória: percursos e caminhos para uma escola plural*. Nesse capítulo são trazidas as discussões sobre a narrativa biográfica e a memória como fundamentos na análise sobre a trajetória e história de vida da professora Jhenifer. Fizemos dois encontros virtuais: o primeiro foi via *Google Meet*, em que ela autorizou a gravação e o uso de seu nome na pesquisa. Foi bem interessante, pois ela ficou muito à vontade. Já o outro encontro foi pelo *Whatsapp* e conversamos por meio de mensagens. Além disso, a professora Jhenifer produziu um caderno com suas memórias, no qual narrou cada etapa de sua vida, desde a infância até os dias de hoje.

No terceiro capítulo, *Trajetórias e narrativas de uma professora trans em Brasilândia, MS*, analiso as narrativas biográficas da professora Jhenifer, no intuito de evidenciar sua história, por meio das memórias, que representa um método investigativo importante para a pesquisa, torná-la protagonista de seu processo de formação e autora de sua vida, sendo referência para si mesma. Me propus a descrever e aprofundar as questões ligadas a história de vida no processo de formação profissional da professora Jhenifer, contextualizando com autores que provocam essa discussão. Assim, suas narrativas, práticas discursivas e sociais, possibilitaram investigar seu papel dentro da escola, bem como as tensões provocadas pelas suas práticas pedagógicas. Desta forma, essa seção pode trazer elementos importantes para compreender os caminhos e saídas encontradas pela professora, para sobrevivência no meio educacional. No entanto, é possível notar em suas narrativas, que sofre situações de desrespeito

e preconceitos, mas acima de tudo, uma força imensa para conquistar um caminho de valorização, respeito e principalmente profissionalismo.

1 ABORDAGENS SOBRE IDENTIDADES E DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Esse capítulo pretende abordar a questão da diversidade sexual e as potencialidades, lacunas e diálogos possíveis no ambiente escolar, dialogando sobre as perspectivas teóricas que abordam a questão da diversidade no processo de conhecimento escolar. Na busca de uma melhor compreensão do tema “diversidade sexual” foi imprescindível abarcar a concepção de cultura que, inicialmente está ligada ao gênero, e só assim pude encontrar o caminho que me levasse a um melhor entendimento sobre o tema em questão, a transexualidade, que vem sendo apresentada a partir da abordagem da história de vida de quem a vive: Jhenifer Ragnaroni.

No contexto escolar é importante analisar o panorama cultural e as relações que se tecem em diferentes ações e práticas, pois conforme Santos (1996, p. 84-86)

Quando se considera as culturas particulares que existem ou que existiram, logo se constata a grande variação dela. [...] Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentidos a suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais passam. [...] O estudo da cultura contribui no combate a preconceitos, oferecendo uma plataforma firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas. [...] A cultura é uma produção coletiva, mas nas sociedades de classe seu controle e benefícios não pertencem a todos. Isso se deve o fato de que as relações entre os membros dessas sociedades são marcadas por desigualdades profundas, de tal modo que a apropriação dessa produção comum se faz em benefício dos interesses que dominam o processo social. [...] Afirmando que num sentido mais amplo e também mais fundamental, cultura é o legado comum de toda a humanidade.

Pode-se dizer que a nossa história é pautada por conceitos estabelecidos por nós do que é ser belo, mulher, e o que é ser hetero. Quando pensamos no termo “povo brasileiro” permite-se compreender que somos fruto de uma nação miscigenada, em que seus indivíduos são culturalmente diferentes. Porém, somos testemunhas diariamente de práticas preconceituosas, racistas e discriminatórias em relação às mulheres, negros, indígenas e homossexuais, onde muitos grupos sociais são marginalizados quanto a sua representatividade.

Para Canen e Canen (2005, p. 21), [...] vivemos em sociedades marcadas pela diversidade de raças, etnias, culturas, gênero e outras características que formam as identidades do sujeito”. Características essas que influenciam diretamente no âmbito educacional, e por sua vez, nas práticas pedagógicas pontuadas pela diversidade: cultural, de gênero, religiosa, entre outras.

A diversidade é um conjunto de diferenças e valores que os indivíduos de uma sociedade compartilham entre si. De acordo com a etimologia, a palavra diversidade deriva do latim *diversitas*, que se refere ao diferente, variedade, divergências e multiplicidade. Neste contexto

a diversidade cultural está pautada na convivência e interação entre diferentes culturas, ou seja, na variedade existente na forma de se expressar e de viver.

Perceber as diferenças, respeitar os espaços de cada grupo social, de gênero e de sexualidade, enfocam na aprendizagem de uma sociedade em que a alteridade é valorizada. Segundo Gomes (2007, p. 17), a diversidade cultural pode ser entendida:

como construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto da relação de poder.

Baseando-se na compreensão de que o ambiente escolar é um espaço que oportuniza a apropriação do conhecimento e desenvolve todas as competências, torna-se necessário uma discussão voltada ao entendimento dessa diversidade nas escolas, uma vez que nelas têm uma heterogeneidade de identidades, as quais abrange desde costumes até modos de vida diferentes. Partindo do princípio de que a diversidade, alteridade e a diferença fazem parte de toda a sociedade, consideramos importante discutir a inserção de ações que contemplem a diversidade sexual e de gênero no currículo escolar, com o intuito de favorecer a inclusão todos.

A escola pública tem como desafio lidar com as diversas formas de diversidades presente no cotidiano escolar, muitas vezes convivendo com situações inusitadas e incompreendidas. Nesse sentido, a alteridade permite desenvolver o respeito a diferença em relação ao “outro”, tratando com igualdade de condições todos os indivíduos, por meio de práticas de ações que consiste em reconhecer a existência de pessoas e culturas similares, colocando-se no lugar do outro e percebendo-o como singular. Nessa ótica, Candau e Moreira (2003) apontam que:

a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-la e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaço para a diversidade, a diferença, e para o cruzamento de culturas constitui grande desafio que está chamada a enfrentar. (CANDAU, MOREIRA, 2003, p. 161)

A escola é uma instituição que traz arraigada normas e regras, as quais, buscam homogeneizar os indivíduos, disciplinando-os para seguir padrões, valores e interesses estabelecidos pela sociedade. Dessa forma, as práticas pedagógicas que atendam as diversidades, que reconheçam e implementem ações que potencializam o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, respeitando a cultura de cada indivíduo, oferece possibilidades efetivas para a apropriação do conhecimento. Nesse sentido, as pessoas e os grupos sociais:

tem o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza, [E acrescenta:] Este é,

consabidamente, um imperativo muito difícil de se atingir e manter'. Não se deve contrapor igualdade à diferença. De fato, a igualdade não está oposta à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõe à igualdade, e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade, a sempre o 'mesmo', a 'mesmice' (BOAVENTURA, 2001, p.10, apud CANDAU, 2005, p.17)

A igualdade a que nos referimos é o reconhecimento dos direitos básicos de todos. Porém, o “todos”, ainda tem restrições, já que as diferenças precisam ser reconhecidas como elementos fundamentais na construção da igualdade. Seria a igualdade de direitos, de educação, de formação, de sexualidade e de gênero, reconhecendo que a diferença nos encaminha ao processo de construção da alteridade como ser humano.

Os documentos que norteiam a educação brasileira pontuam que a construção do nosso país é pautada na diversidade cultural, desse modo, o artigo 3º da Constituição Federal traz princípios fundamentais da República:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
 I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 II - Garantir o desenvolvimento nacional;
 III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
 IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, p.11)

As escolas são locais onde podemos encontrar variedades de indivíduos que vem de diferentes lugares, trazem consigo inúmeros valores, crenças, costumes, hábitos, entre outros. Evidencia-se que “a escola é, em dúvida uma instituição cultural”, visto que um dos seus papéis históricos é permitir uma troca, fazendo papel de mediadora, no desenvolvimento da função social”. (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 160)

1.1 Diversidade de gênero

A diversidade de gênero está intrinsecamente relacionada à diversidade cultural, mas tem implicações diferenciadas, pois ainda se tem a dificuldade de abordagem sobre os grupos LGBTI+. As concepções sobre as identidades híbridas, sobre as vozes dissonantes ainda são raras nos espaços escolares.

Para discorrer sobre as abordagens de gênero/identidade social farei algumas considerações sobre a emancipação feminina. As discussões sobre as questões de gênero na escola tiveram impulso dos debates feministas, em que tratam de sujeitos históricos que passaram a se constituir como um coletivo de direitos – as mulheres, e de uma nova discussão política que surge neste contexto - o feminismo. (LOURO, 2007)

Compreende-se que as abordagens sobre identidade de gênero estão relacionadas à diversidade de gênero, sendo assim, tem-se como foco o corpo dos sujeitos numa desconstrução

do padrão heteronormativo, muito comum na sociedade capitalista. O modelo normativo da sociedade também se apresenta no espaço escolar, até porque há a reprodução de composição dos grupos que compõem a comunidade escolar. E é nesse contexto que precisamos repensar o padrão normativo do gênero, isso porque

as construções normativas são pressupostos silenciosamente compartilhados e compulsoriamente assimilados que fazem funcionar expectativas sociais, mas, pressupostos estes que não se realizam a partir de apropriações de elementos culturais acabados, e sim como efeitos ativamente produzidos pelos sujeitos na linguagem e na cultura. (PICCHETTI; SEFFNER, 2017, p.721)

Nesse sentido, a identidade de gênero pode ser compreendida como a experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, em que não necessariamente corresponde ao sexo atribuído no nascimento, mas que traz o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros). (YOGYAKARTA, 2007, p. 7)

Além disso, o espaço escolar precisa atentar para a inserção e inclusão das pessoas nas diferentes profissões, isso porque estas pessoas circulam na sociedade e como tal, podem adentrar na escola. Como aponta Seffner e Reidel (2015, p. 461), “a presença de professoras travestis e transexuais em sala de aula introduz um movimento muito mais dinâmico em termos de relação, onde temos a forte presença da mulher, e a forte presença da professora”.

Os autores apontam em seu estudo que no campo pedagógico há diferentes grupos culturais, e a inserção das pessoas trans tem diferenças de entendimento e acolhimento nos espaços escolares. Assim, como entrevistaram os professores e professoras trans, apontam que:

A pedagogia do salto alto conjuga então dois elementos fortes, ser mulher, e ser professora [...]. Ao introduzir um movimento na ação da professora em sala de aula, a pedagogia do salto alto diz de uma atuação pedagógica que escapa da tradicional figura sem corpo e sem sexo da professora. Ao contrário do que se pode pensar, certo grau de erotismo e de produção da mulher que “habita” a professora, longe de “desvirtuar” o espaço da sala de aula, originou uma potência de afetos que redundou em uma profissional mais qualificada e envolvida com seu trabalho, e em uma mulher que se assume enquanto adulto de referência frente aos jovens. (SEFFNER; REIDEL, 2015, p. 462).

O que nos leva a crer que ainda há muito que considerar quando dialogamos sobre a normatividade na escola reproduz os modelos da sociedade, isso porque “a negação da existência dos dispositivos da heteronormatividade na escola por parte de educadores/as e gestores/as das políticas públicas ainda é um grande problema para o desmonte do dispositivo da transfobia na educação”. (TORRES, 2010, p. 56)

Assim, é necessário dialogar de que forma pontuamos a discussão sobre os grupos culturais na escola, mas deixamos de lado os grupos LGBTQ+, ressaltando que os professores e

professoras trans compõem o quadro educativo com seus corpos, suas vidas, seus saberes e mediando conhecimento como todos os demais. A presença na escola de transexuais como professoras, “associada aos atos de currículo, pode colocar em xeque a heteronormatividade; deste modo as transexuais estão sempre atentas à possibilidade de serem eliminadas.” (TORRES, 2010, p. 49)

Judith Butler (2015) ao discorrer sobre as categorias de Gênero, apresenta a inserção nos diversos âmbitos: midiáticos, políticos, educacionais e institucionais. Segundo a autora, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada.

A crítica feminista também deve compreender como a categoria das mulheres, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca a emancipação. Dessa forma, o feminismo, ao criar um conceito de identidade feminina, exclui ao mesmo tempo as mulheres que nela não se enquadram e assim propõe a coalizão (alianças).

Embora exista amparo legal, ainda há um grande caminho a ser percorrido visando diminuir as desigualdades de gênero mediante às políticas públicas mais eficazes e mudança de comportamento da sociedade, para que, assim, a escola, como instituição social, seja um âmbito de liberdade de expressão, autonomia e livre de preconceito e segregação.

o poder público, nas suas três esferas, tem por obrigação assegurar, prevenir, proteger, reparar e promover políticas públicas que busquem sempre a afirmação dos Direitos Humanos para toda sociedade. O Estado, verdadeiramente democrático, pressupõe a prevalência de ações e iniciativas coercitivas a todas as modalidades de preconceito, discriminação, intolerância ou violência motivada por aspectos de origem, raça, sexo, cor, idade, crença religiosa, condição social ou orientação sexual. (BRASIL, s/d, p. 4)

Gênero é elemento característico das relações sociais. Para Joan Scott (1989), historiadora norte americana que direcionou seus trabalhos na década de 80 para a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero, nos diz que a sociedade pode influenciar escolhas e limitar opções, pode também validar posições e/ou ocupações sociais entre “meninos e meninas”, entre mulheres e homens:

a declaração “É uma menina!” ou “É um menino” [...] instala um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre o corpo. (LOURO, 2004, p. 15)

Beauvoir (1980, p.12), ícone do pensamento feminista e existencialista afirma que:

[...] à menina [...] permitem-lhe que viva grudada à saia da mãe, no colo do pai que lhe faz festas; vestem-na com roupas macias como beijos, são indulgentes com suas lágrimas e caprichos, penteiam-na com cuidado, divertem-se com seus trejeitos e seus coquetismos [...]. Ao menino, ao contrário, proíbe-se até o coquetismo; suas manobras sedutoras, suas comédias aborrecem. ‘Um homem não pede beijos... um homem não se olha no espelho... Um homem não chora’, dizem-lhe.

A partir do sexo biológico inicia-se um processo de masculinização ou de feminilização. Essas desigualdades entre os sexos se expressam, socialmente, muitas vezes disfarçadas de diferenças. Essas “diferenças” podem ser encontradas no mercado de trabalho, nas instituições de educação, no sistema político e, principalmente, na violência física e psicológica exercidas contra mulheres.

As classificações homem/mulher, feminino/masculino está presente nos sujeitos que é decorrente de uma sociedade heterossexual compulsória e marcada pelo falocentrismo (convicção baseada na ideia de superioridade masculina).

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. (BUTLER, 2015, p.26)

A categorização perpassa por uma relação de poder que se expressa por meio da linguagem, que muitas vezes assume um caráter político, ou seja, a partir do momento que tem seu sexo biológico identificado, facilitaria sua aceitação ou sua inclusão.

Há a necessidade de repensar e refletir sobre a construção da identidade feminista, reformulando a política de representação, libertando da construção de uma base única e permanente de identidade, de modo que a política feminista construa sua identidade de forma variável. Desse modo, Butler (2015) critica a construção da identidade como algo determinado, que tenha começo, meio e fim. Ela entende que esse processo seja contínuo e revelado conforme o sujeito se expressa no mundo.

A identidade de gênero proporciona o reconhecimento de uma autonomia, constituindo-se na construção de uma personalidade livre, independentemente de suas concepções de gênero, ou seja, masculino e feminino, no qual o objetivo principal é compreender e respeitar as experiências individuais, sem que haja segregação e preconceito.

O termo gênero é uma complexa categoria de análise. Desta maneira seria fundamental fazer uma referência do conceito do termo a partir de Guacira Louro (1997).

A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um polo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia singular de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma das formas. Romper

a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito “gênero” [...] o conceito só poderá manter sua utilidade teórica na medida em que incorporar esses questionamentos. Mulheres e homens, que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas da hegemônica e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como “verdadeiras/verdadeiros” mulheres e homens, fazem críticas a esta estrita e estreita concepção binária. (LOURO, 1997, pág. 34).

Assim, é preciso desvincular sexo do gênero para compreender as questões culturais que envolvem os comportamentos e características do indivíduo nas diferentes sociedades e culturas, uma vez que gênero é uma construção cultural que envolve os comportamentos e características presentes nas mais diferentes culturas, aprendidos e transmitidos ao longo das gerações.

É importante evidenciar a enorme presença feminina no magistério, sobretudo, é pouco presente a reflexão sobre os aspectos contraditórios geradores desse processo. Para tanto, se torna importante observar como se faz presente a diversidade de gênero no contexto educacional, evidenciando questões sociais e de gênero enquanto problemáticas. As diferenças entre os sexos apontam muitos significados. Butler (2017) afirma que o corpo é construído e a ideia de corpo também é. Percebemos assim, para tanto, que é preciso (des) construir as dicotomias, diferenças e discriminações entre aqueles que atuam nessa modalidade.

Cabe salientar que as questões de gênero também se configuram no decorrer da história do Brasil, marcadas pelo patriarcado e o autoritarismo, os quais influenciaram e potencializaram o preconceito contra a mulher. Nesse sentido, a cultura educacional pode determinar as atribuições escolares por meio do sexo do indivíduo. No entanto, sabemos que a educação “pode” contribuir para a mudança e ressignificação dessa diferença, assim, neutralizando e favorecendo a construção de novos pensamentos a respeito da diversidade de gênero.

Existe um conflito entre gênero, corpo e educação. É visto que há urgência das instituições educacionais, no que se refere às questões de gênero, na educação, reafirmarem o compromisso com a construção de uma escola inclusiva, cidadã, solidária e sem privilégios de sexo e gênero, permitindo que o indivíduo atuante na escola seja um profissional reflexivo e crítico sobre as práticas pedagógicas, mantendo-se fiel aos seus objetivos educacionais.

É preciso repensar sobre os fatos que se referem à diversidade de gênero, desnaturalizar essas relações machistas a respeito da educação, buscando o atendimento às diferenças no contexto escolar, tolhendo a discriminação, reduzindo as desigualdades, ensinando a conviver com as diferenças e, acima de tudo, entender e reconhecer o outro independente de suas escolhas.

Apesar de alguns avanços nas últimas décadas, no Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero ainda são recentes. Diante de uma sociedade marcada por discriminação, falta de respeito, machismo, vulnerabilidade social e homofobia, todas essas situações estão presentes nas instituições e, particularmente, na escola, ambiente que contribui para a produção e reprodução de padrões e identidades de gênero e de sexualidade.

1.2 Concepções educativas sobre diversidade de gênero

A discussão sobre a equidade de gênero na educação possibilita a efetividade da justiça social. As discussões legais que regulamentam a diversidade de gênero na educação também são fundamentais para a efetividade dessas proposições e possíveis mudanças na prática pedagógica, garantindo condições igualitárias de qualidade para o sistema de ensino e para a formação docente, a partir de um currículo nacional.

A análise de documentos oficiais que legislam sobre a educação, traça um panorama dos avanços e retrocessos sobre as relações de gênero. São inserções nas políticas públicas sobre as abordagens de gênero que podem ser inseridas nos espaços educativos.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), embora desatualizado para a educação infantil, é importante para ressaltar que já trazia em seus escritos que a família é a primeira instituição social responsável pelos direitos básicos da criança, para tanto, a escola precisa manter um diálogo com as famílias, visto que são interlocutoras no processo educativo infantil. Assim:

Nesse sentido, as instituições de educação infantil, por intermédio de seus profissionais, devem desenvolver a capacidade de ouvir, observar e aprender com as famílias. Acolher as diferentes culturas não pode se limitar às comemorações festivas, a eventuais apresentações de danças típicas ou à experimentação de pratos regionais. Estas iniciativas são interessantes e desejáveis, mas não são suficientes para lidar com a diversidade de valores e crenças. (BRASIL, RCNEI, 1998, p. 77)

Embora ainda apresente um expressivo número de profissionais leigos nesta modalidade de ensino, a LDB dispõe no art. 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, LDB, 1996, p. 42)

Historicamente, a educação infantil foi constituída pela presença de mulheres. Um percurso longo e lento de lutas que culminou no reconhecimento do direito da criança de zero

a seis anos de idade terem atendimento em espaços educacionais públicos, pois as mães necessitavam de trabalhar e não tinham onde deixar seus filhos.

No Brasil, a inclusão de uma perspectiva de gênero nas políticas públicas de educação é recente. A Constituição Federal de 1988 oferece base para as políticas de igualdade ao ressaltar a defesa ampla dos direitos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (Brasil, 1988, p. 11)

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:[...] II - prevalência dos direitos humanos; [...] VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, ... nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (Brasil, 1988, p. 11 e 13).

A maior parte dos documentos que regulamentam a prática da política pública na educação apresenta a perspectiva de gênero integrada à noção geral de direitos e valores. Com isso, há pouca visibilidade de mudanças no currículo de formação e prática docente na perspectiva de igualdade de gênero, contudo, mostram avanços tímidos, porém com grandes possibilidades de mudanças efetivas para possibilitar a garantia do acesso igual a todos os indivíduos, sejam eles meninas ou meninos.

Após a Constituição de 1988, o Estado propõe metas para educação brasileira no intuito de eliminar a discriminação contra a mulher, o que nos leva a pensar sobre o que é prioridade nas políticas públicas de educação, no que se refere à inclusão de demandas relativas às relações de gênero. Neste viés, a educação não tem sido um campo privilegiado pelas reivindicações do movimento de mulheres, com exceção da luta por creches e pela educação infantil.

Mesmo assim, diante da baixa visibilidade do gênero na educação, um olhar mais cuidadoso nos afasta de afirmações radicais e nos permite perceber a elaboração de políticas públicas de educação, ora mais, ora menos, integradas com as demandas das lutas por igualdade de gênero.

A educação é um direito fundamental e indisponível a todo indivíduo, sendo dever do Estado propiciar os meios que viabilizem o seu exercício, tal direito vem previsto na constituição no artigo 6º “ são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015) e específica também no artigos 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da

sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 18 e 123).

Conforme o preceito constitucional, a educação será promovida e incentivada visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, assim como será ministrada segundo os princípios acima citados, também previstos na Constituição de 1988.

A educação brasileira necessita criar bases para uma sociedade democrática que respeite a diversidade e reproduza valores e princípios que culminem em práticas sociais. Assim, a Constituição Federal apresenta uma concepção de educação que prepare o estudante para o exercício da cidadania e que seja capaz de viver em uma sociedade plural, respeitando as diversas expressões políticas, religiosas, culturais, étnicas, de gênero e sexual.

Ademais, torna-se fundamental a inserção de debates acerca a diversidade de gênero e sexualidade na educação no intuito de diminuir as desigualdades, a violência contra as mulheres e os preconceitos em relação a orientação sexual e de identidade de gênero, contribuindo assim para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade, entendendo que a legislação brasileira e os planos de educação incorporem perspectivas de educação plural. A partir da mudança nas práticas pedagógicas, o ambiente escolar pode ser modificado, tornando a escola um espaço de construção de uma sociedade plural, democrática e de respeito.

Os estudos que abordam as relações de gênero no Brasil acompanham os diferentes momentos sociais feministas. A partir da década de 1970, os movimentos sociais consolidaram novas forças, os movimentos étnicos, raciais, LGBTQ+, ecológicos e feministas. A partir desses movimentos sociais surgem formas de entendimento de mundo e as conceituações tradicionais tornam-se obsoletas. Os movimentos de mulheres e feministas surgiram no Brasil a partir da década de 1970, porém, as práticas desse movimento foram mais consistentes no final dos anos 1980 e decorrer dos anos 1990. Surgiu assim novas formas de atuação e inserção na sociedade.

A escola é indubitavelmente um lugar em que se produz diferenças e se constitui relações de poder. Dessa forma, podemos citar como exemplos, os currículos, procedimentos, normas, delimitação de espaços, teorias, linguagem e avaliações que, ao mesmo tempo que estabelecem distinções, geram também as desigualdades. Por esse motivo muitos movimentos sociais despertam interesse em disputar o espaço da escola como um campo político, visto que o sistema de ensino está comprometido com a manutenção de uma sociedade desigual e hierarquizada.

Por conseguinte, a educação é frequentemente associada à esfera privada, atribuindo a responsabilidade à família, sobretudo nos aspectos morais, como a educação sexual, e não ao

Estado. Sendo assim, a separação entre o público e o privado cumpre a finalidade de ocultar a cumplicidade entre estas duas dimensões da vida, diminuído, dessa maneira, as oportunidades para os indivíduos.

A Constituição Federal, em seu Art. 3º define a promoção "do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Já o Art. 5º afirma de que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" e garante a igualdade entre homens e mulheres como preceito constitucional. (BRASIL.1988)

Em seu Art. 206, a Carta dispõe que o ensino será ministrado, dentre outros, com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. (BRASIL, 1998).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/1996 reproduz e amplia, em seu Art. 3º, os princípios que devem basear o ensino:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

Evidencia-se então que as relações entre homens e mulheres passam por construções históricas que não devem ser naturalizadas. Por isso as questões de gênero e de sexualidade são social e historicamente construídas e por isso podendo ser mudadas e transformadas. Segundo Louro (1997, p. 28):

em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos e femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições e suas formas de ser e estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também se transformando na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe [...].

Dessa forma, a sexualidade e as relações de gênero estão em constante construção, fazendo parte também das pessoas que compõe a unidade escolar. Para tanto, é importante o conhecimento da realidade na qual a escola está inserida para que as temáticas que envolvam as questões de gênero sejam desenvolvidas de acordo com a realidade de cada sujeito.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também reafirma o direito de toda a criança e adolescente à liberdade, considerando-a enquanto de opinião, de crença e de expressão. Logo, o Plano Nacional de Educação define entre suas diretrizes a "superação das desigualdades educacionais, dando ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de

discriminação" e a "promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental." (BRASIL, 2014)

Nas metas que propõem a universalização do ensino fundamental para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, “a Meta 2 do PNE apresenta dois objetivos, que são garantir o acesso ao ensino fundamental (EF) de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos de idade e a conclusão desta etapa na idade recomendada para, pelo menos, 95% dos alunos” (BRASIL, 2014 p.37) e do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, dentre as estratégias é importante fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar em situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, favorecendo o desenvolvimento de políticas de prevenção à evasão, muitas vezes motivadas por preconceito e outras formas de discriminação, assim:

A Meta 3 assume dois objetivos principais para efetivar o direito à educação e ampliar os níveis de acesso para os jovens entre 15 e 17 anos: elevar o percentual dos que frequentam a escola, de forma a incluir 100% dessa população até o ano de 2016; e aumentar para 85%, até 2024, o total dos jovens cursando o ensino médio (EM), que é o nível considerado adequado para a referida faixa etária. A consecução dos objetivos da Meta 3 se articula com a melhoria do atendimento e da taxa de conclusão na idade adequada no ensino fundamental, visto que a expansão na cobertura do EM depende da ampliação dos níveis de conclusão da etapa anterior. (BRASIL, 2014, p.53)

Nesse contexto fica evidente que o ambiente escolar, em muitos casos, é marcado por desigualdade, discriminação e violência, cujo foco está no que se diz respeito ao gênero e a orientação sexual. Isto é uma realidade que não só contradiz os pilares do ensino, mas que ameaça o direito à educação de muitos cidadãos.

Com isso, é necessário a promoção do princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, fundado na Lei de Diretrizes e Bases, sendo fundamental enfrentar as representações e práticas que estigmatizam, excluem e discriminam mulheres, homossexuais, negros, indígenas, entre outros, visto que esses são um dos maiores desafios a serem superados para que realmente a igualdade social seja estabelecida. Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988 discorre sobre a superação de quaisquer formas de discriminação, englobando a homofobia, a transfobia e a misoginia - formas de discriminação já descritas e fundamentadas em diferentes estudos e pesquisas.

Os principais marcos legais que regem a educação brasileira enfatizam à necessidade da superação de desigualdades, discriminações e violências, não só na escola, mas a partir dela. Assim, restringir a abordagem desses temas constitui desrespeito aos princípios que regem a educação brasileira, fundamentados na Constituição e em leis específicas.

Contudo, o conjunto das diretrizes educacionais brasileiras aponta a necessidade de trabalhar com questões ligadas ao gênero e sexualidade desde a educação infantil, abordando a reflexão crítica, possibilitando a autonomia do sujeito e liberdade de acesso à informação e conhecimento, desta forma, garantindo o reconhecimento das disparidades e enfrentamentos de toda forma de discriminação e violência, quando relacionados ao cumprimento dos direitos. Com isso, baseia-se em uma abordagem que vise a não padronização de comportamentos e a extinção da reprodução de modelos pré-definidos, cujo foco seja a reflexão crítica, a liberdade dos sujeitos e a promoção da identidade autônoma.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil afirmam a necessidade de “construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a democracia e com o rompimento de diferentes formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.” Para tanto, desde a educação infantil, é recomendável, apresentar temas ligados ao gênero e a sexualidade, adaptando-os, didaticamente a cada faixa etária. (BRASIL, 2010)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos dispõem que, em seu Art. 16, que "os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, (...) a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos" que devem "permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo." Neste viés, o parecer que fundamenta as diretrizes reforça a relação entre as experiências em gênero e sexualidade vivenciadas pelos indivíduos em sua vida, a busca pela construção de valores próprios e a importância de aprender com a diferença:

(...) alunos entram na puberdade e se tornam adolescentes. Eles passam por grandes transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Os adolescentes, nesse período da vida, modificam as relações sociais e os laços afetivos, intensificando suas relações com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios. Ampliam-se as suas possibilidades intelectuais, o que resulta na capacidade de realização de raciocínios mais abstratos. Os alunos se tornam crescentemente capazes de ver as coisas a partir do ponto de vista dos outros, superando, dessa maneira, o egocentrismo próprio da infância. Essa capacidade de descentralização é importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos (BRASIL, 2013, p.110).

Portanto, a alteridade se constitui como ferramenta pedagógica, que possibilita conhecer e reconhecer o outro e a si mesmo, incluindo as diferenças relacionadas ao sexo e ao gênero, favorecendo o desenvolvimento de competências fundamentais para a vida em uma sociedade. No Parecer homologado, apresenta que

o conhecimento de valores, crenças, modos de vida de grupos sobre os quais os currículos se calaram durante uma centena de anos sob o manto da igualdade formal, propicia desenvolver empatia e respeito pelo outro, pelo que é diferente de nós, pelos alunos na sua diversidade étnica, regional, social, individual e grupal, e leva a conhecer as razões dos conflitos que se escondem por trás dos preconceitos e discriminações que alimentam as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual, das pessoas com deficiência e outras, assim como os processos de dominação que têm, historicamente, reservado a poucos o direito de aprender, que é de todos (BRASIL, 2013, p. 115)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, mencionam explicitamente a abordagem de gênero, de orientação sexual, de inclusão. No Art. 16 destaca que:

o projeto político-pedagógico das unidades escolares que ofertam o Ensino Médio deve considerar: (...) XV– valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas. (BRASIL, 2018, p. 7)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio indicam, dentre seus princípios norteadores (Art. 6º) o "reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais (...)"

O reconhecimento das diferenças e a abordagem da temática de gênero também estão presentes nas escolas do campo, onde as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo afirmam, em seu Art. 5º (BRASIL, 2012, p. 34) que:

as propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade (...) contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

A abordagem de gênero está entre os princípios da educação quilombola. O inciso XX do Art. 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica mostra que:

o reconhecimento do lugar social, cultural, político, econômico, educativo e ecológico ocupado pelas mulheres no processo histórico de organização das comunidades quilombolas e construção de práticas educativas que visem à superação de todas as formas de violência racial e de gênero. (BRASIL, 2012)

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, presente em todos os sistemas e instituições de ensino, apresenta como um de seus fundamentos, a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a laicidade do Estado e a democracia na educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a

formação continuada definem como um dos princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica aponta que:

a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação. (BRASIL, 2015, p. 9)

A formação inicial ou continuada de professores, permite refletir e discutir questões que implementam e possibilitam novos caminhos no que tange a diversidade sexual e de gênero na escola, neste sentido é necessário articular uma proposta adequada à formação docente, que valorize a pluralidade no contexto escolar.

Assim, a sociedade brasileira, espera de seus profissionais da educação, uma atuação pautada na superação de toda forma de discriminação, distanciando-se de modelos de comportamento pré-estabelecidos, que mensurem e restringem a personalidade da criança, adolescente e adultos.

Ao analisar a tabela comparativa do censo de 2007 disponível no portal do Mec, percebemos que no Brasil 81,94% são do sexo feminino e 18,06% são do sexo masculino. No Mato Grosso do Sul 79,79% são do sexo feminino enquanto 20,21% são do sexo masculino. Mais uma vez notamos o tradicionalismo, sendo somente computados os dados entre masculino e feminino.

1.3 Diversidade Sexual

A diversidade sexual abordada nessa alínea apresenta uma visão ampla, considerando a identidade de gênero e sexual como também a orientação sexual, uma vez que a sexualidade humana é formada por múltipla combinação de fatores psicológicos, biológicos e sociais, todos esses elementos compõe a sexualidade humana e não somente pelas práticas sexuais.

Os discursos sobre sexualidade se modificam ao mesmo tempo que se multiplicam. No instante em que se renovam os apelos conservadores buscando novas formas de interpretar os sujeitos, “recuperando” valores e práticas tradicionais, por outro lado, emergem discursos que se impõe e estabelecem afirmações que a sexualidade e a identidade são silenciadas na sociedade. A sexualidade “não pode ser compreendida de forma isolada” como lembra Louro (2000, p.24).

O que é ou não papel da escola no que tange os termos de gênero e sexualidade é questão polêmica e bem antiga. Essas questões experimentam fortes oposições e conflitos quando se

estabelece uma dimensão política aos temas, porém, a escola é um lugar privilegiado para a reflexão e debates sobre sexualidade ao mesmo tempo que configura como reprodutora de preconceitos e discriminações, demonstrada na dificuldade encontrada por gestores e professores em enfrentar as questões relativas a diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Para Louro:

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. Muitas outras instâncias sociais, como a mídia, a igreja, a justiça etc. também praticam tão pedagogia, seja coincidindo na legitimação e denegação de sujeitos, seja produzindo discursos distantes e contraditórios. (LOURO, 2000, p. 24)

Aos poucos vai se tornando visível as identidades dissonantes em nossa sociedade, as custas de muitas batalhas e dificuldades, pois para aqueles que se reconhecem nesse lugar, na condição de homossexual e/ou bissexual, nas atuais condições, pode ser cobrado um alto preço, visto que a heterossexualidade é tida como uma verdade sobre a sexualidade e identidade dos sujeitos, uma norma legítima e naturalizada.

Partindo do exemplo da professora que colaborou com essa pesquisa Jhenifer, professora trans, identidade de gênero: mulher transexual, orientação sexual: heterossexual, apresento um breve histórico sobre diversidade sexual.

A revolução feminina surgiu no século XIX, se potencializou em 1970 com o movimento feminista, tinham como objetivo romper as barreiras das desigualdades, trazendo arraigada as consequências da rejeição do feminino e despertando um olhar as questões de gênero, principalmente no que tange a sexualidade. Historicamente as mulheres sofreram segregação política e social, desta forma foram conduzidas a uma ampla invisibilidade. Louro disserta que:

O argumento que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica” a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e *justificar* – a desigualdade social (LOURO, 1997, p. 21).

A autora deixa claro em sua apresentação, que não são as características sexuais que vão construir o que é feminino e/ou masculino em uma sociedade, mas como essas características são representadas e valorizadas e como foram construídas socialmente. Dessa forma, o conceito de gênero passa a ser entendido a partir da relação cultural de identidade e o sexo como característica natural do ser humano.

As normas de gênero produzidas pela sociedade, faz com que aceitemos o corpo sexuado como normal, uma vez que o corpo muito antes de seu nascimento, já faz parte de um campo discursivo, e é nesse campo que são determinadas, por meio do órgão genital, as cores, as posturas, as atitudes, a feminilidade e a masculinidade, constroem significados, criam expectativas e delimitam a identidade do indivíduo. A heteronormatividade, no campo social, dita os padrões, desta forma, mediante aos papéis pré-estabelecidos, todo e qualquer comportamento que não condiz com o modelo aceitável, são inibidos e recriminados.

Em decorrência da padronização, a diferença nos comportamentos heterossexuais potencializam, reforçam e alimentam a heterossexualidade, assim a homossexualidade e os padrões sexuais que se divergem do normal acaba por reafirmar a heterossexualidade, pois a homossexualidade gera o proibido e evidencia o inaceitável. Assim, qualquer manifestação sexual diferente da heterossexual é tida como estranha, nesta perspectiva, a transexualidade configura-se como irreal, quimérico, incompreensível, tornando materialização daquilo que não conhecemos. Todavia, somos destinados a uma construção pré-determinada e unilateral de nossa sexualidade e gênero, desta forma, as pessoas trans são colocadas a margem da sociedade e são vistas como abjeto, estranho, ilegítimo.

2 NARRATIVA BIOGRÁFICA E MEMÓRIA: PERCURSOS E CAMINHOS PARA UMA ESCOLA PLURAL

Nesse capítulo apresentamos as discussões sobre a narrativa biográfica e memória da professora Jhenifer. Fizemos os encontros para a pesquisa de forma virtual, via *Google Meet*. Ela autorizou a gravação e o uso de seu nome na pesquisa e foi bem interessante, pois, ela ficou muito à vontade. As demais informações foram enviadas pela escrita de suas memórias e pelo *WhatsApp*. Conversamos por meio de troca de mensagens. Jhenifer produziu um caderno com suas memórias, no qual narrou cada etapa de sua vida, desde a infância até os dias de hoje.

A memória considerada, nesse contexto, como lembrança ancorada no presente, se constitui como um processo de manutenção de práticas culturais. Por isso, atrela-se a história profissional com suas lembranças pessoais, uma vez que são reconstruídas a partir de um presente social e cultural, ou como aponta Halbwachs (1990) a lembrança pessoal está situada na encruzilhada de redes de solidariedade múltiplas com as quais os indivíduos estão comprometidos

A memória biográfica apoia-se na memória histórica e podemos observar como as lembranças construídas na infância sofre influência de outras pessoas, porém, é na história vivida que se apoia nossa memória, conforme Halbwachs (2013). Essa pesquisa conta a história de vida da professora Jhenifer, utilizando de suas memórias para tecer abordagens sobre sexualidade e gênero na escola, ela representa um olhar singular na sociedade, em particular, na cidade de Brasilândia-MS.

A pesquisa com história de vida, memórias e relatos biográficos, ao lançar um olhar mais detalhado e sutil sobre o seu passado, permite ao sujeito refazer e analisar seus percursos. No caso de pesquisa com professores, essa análise oportuniza novas práticas de formação. Esse exercício permite uma reavaliação da prática docente e de sua vida profissional, de forma a ressignificar de modo contínuo o passado, o presente e as perspectivas futuras. Assim, ao rememorar a história de vida da professora, pude observar um papel formador, visto que apresenta modelo de comportamento, dessa forma, torna relevante o estudo, pois nele foi utilizado a história oral com a abordagem biográfica dando ênfase nas memórias.

Em relação a memória, destacamos a contribuição de Alistair Thomson, o qual dialoga sobre a complexa rede de relações entre a história oral e memória. O autor faz um histórico sobre o processo de inclusão da história oral como metodologia de abordagem histórica. Para tal, traz os questionamentos dos críticos da história oral, de que a memória não é confiável como

fonte histórica, porque fica distorcida pela deterioração física e pela nostalgia própria da idade avançada, pelas tendências pessoais tanto dos entrevistados quanto dos entrevistadores, pela influência das versões coletivas e retrospectivas do passado. (Thomson, 2001, p 51).

Na concepção de construção do arcabouço teórico explicativo da história oral, apresenta-se a contribuição de outras áreas, como a psicologia, antropologia e sociologia com a inserção dos métodos. Ao tratar sobre memória, narrativa e identidades, a compreensão compartilhada das questões básicas, tanto técnicas como humanas, como a história de vida, entrelaça de modo inseparável com as provas objetivas e subjetivas. É importante analisar a memória e identidade de entrevistado e entrevistador.

A memória “gira” em torno da relação passado e presente e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas “em função” das mudanças nos relatos públicos sobre o passado.

Para Gamboa (1998, p.48), o nível metodológico se refere às maneiras como são elaborados os processos de conhecimento. São os passos, procedimentos e maneiras de abordar os objetivos. A metodologia utilizada pelo autor tem como premissa auxiliar a andar no “caminho das pedras” de uma pesquisa, refletindo e instigando um novo olhar sobre o mundo, através de um percurso que muitas vezes necessita ser reinventado e ressignificado (SILVA; MENEZES, 2005).

A pesquisa biográfica busca evidenciar e aprofundar representações sobre as experiências educativas e educacionais dos sujeitos, bem como potencializa entender diferentes mecanismos e processos históricos relativos à educação em diferentes. Souza (2008, p. 45), em sua pesquisa sobre o método biográfico, afirma que “[...] através da abordagem biográfica o sujeito produz um conhecimento sobre si, sobre os outros e o cotidiano, revelando-se através da subjetividade, da singularidade, das experiências e dos saberes”. A maioria dos sujeitos entrevistados apresenta suas respostas em um vai e vem, ao sabor da dinâmica da memória.

Assim, justificamos nossa escolha em utilizar a pesquisa biográfica, uma vez que a experiência humana, como destaca Rabelo (2011, p. 13) “só pode ser interpretada de maneira qualitativa”, e esta interpretação qualitativa, que é dada através das narrativas, contribui para a construção e produção do conhecimento. Vale ressaltar que quando optamos pela escolha do tipo de pesquisa biográfica, tínhamos a convicção de sua pertinência com a proposta.

Preconizamos que a narrativa biográfica permite o entendimento de possíveis experiências e acontecimentos críticos na trajetória de vida pessoal e profissional da professora que influenciaram para a construção de sua visão sobre a diversidade de sexual e que podem ou não impactar no trabalho com a temática. Foi possível, ainda, promover a oportunidade de

reflexão sobre a própria formação, oferecendo subsídios, quando necessário, para a proposição de “novas atitudes”, em que as diversidades possam ser articuladas com os saberes científicos.

Para Gamboa (1998, p. 48) o nível teórico em relação as referências explicativas ou abrangente dos fenômenos tratados ao núcleo conceitual básico, as pretensões críticas de outras teorias, aos autores privilegiados ao tipo de interesse em relação ao conhecimento produzido. A autora para o desenvolvimento da pesquisa biográfica e para a interpretação dos dados coletados, se apoia em Chizzotti (2000, p. 17) que sugere aplicar uma entrevista piloto na intenção de testar o método e os instrumentos da pesquisa, de modo a preparar a pesquisadora para possíveis problemas que pudessem prejudicar sua realização.

A partir desta experiência foi possível realizar ajustes no roteiro que permitiram maior aproximação das informações com o objeto de estudo, além de ajustes na pergunta desencadeadora, tornando-a mais adequada e, principalmente, confirmar a importância de se utilizar o vídeo de aquecimento como um dos instrumentos estimuladores da entrevista.

Este processo, portanto, permitiu melhorar a técnica da entrevista, pois, ao ouvir a gravação, foi possível modificar e refinar o processo de levantamento de dados, assim, sugere que o pesquisador realize poucas intervenções, somente no que diz respeito aos aspectos relevantes, evitando dar sempre sua opinião em torno do tema tratado. Dessa forma, durante a narrativa procuramos ter poucas interferências, a não ser em momentos pertinentes e para reconduzir o relato, situação esta, que ocorre quando o sujeito se distancia do tema e se perde em seu discurso. O registro de dados narrativos teve como pressuposto o que apontam Sá e Almeida (2004, p. 186) “preencher as lacunas que o primeiro momento da entrevista havia deixado”.

Rabelo (2011, p.182) aponta que a organização das narrativas, permite e facilita a identificação e análise dos elementos “revelando não só os pontos comuns nas histórias, mas sim suas diferenças e singularidades”.

2.1 Escola plural: legislação, culturas e educação

Ao dialogar sobre o processo de construção da profissional que tem a identidade de gênero trans, ´pontuamos dialogar sobre o crescente interesse pelas questões culturais na escola, tratando-a como espaço diverso, múltiplo, multicultural. Stuart Hall (1997) em seu estudo nos possibilita pensar sobre o entendimento de que a cultura é central, mas que perpassa tudo o que acontece em nossas vidas e todas as ações que fazemos.

Veiga (2003) nos conduz a problematizar a temática das culturas e educação, ampliando nossas análises sobre o que representa a cultura na escola ou as culturas. O autor nos mostra que o pensamento pedagógico deve entender a cultura, culturas relacionadas aos sujeitos que estão no espaço escolar. Segundo Veiga:

A desnaturalização dos fenômenos sociais – ou seja, tomá-los não como algo desde sempre dado, mas como algo historicamente construído – é um primeiro e necessário passo para intervir nesses fenômenos. Saber como chegamos a ser o que somos é condição absolutamente necessária, ainda que insuficiente, para resistir, para desarmar, reverter, subverter o que somos e o que fazemos (2003, p.07)

Pensar na desnaturalização dos saberes e do que representa falar de uma professora transexual na escola pública nos impulsiona a reflexão sobre a resistência e visibilidades das diferentes contribuições culturais.

A LDB (9394/96) assevera que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Art. 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância. (BRASIL, 2015, p. 09).

Em relação a discussão sobre inclusão na escola, foi instituído em 2004 pelo Ministério da Educação, o programa Escola Sem Homofobia. No caderno escola sem homofobia, há alguns encaminhamentos para refletir sobre o universo plural e inclusivo das escolas, o que se encaminha também aos profissionais da escola. No caderno escola sem homofobia (2009, p 08) afirma que:

O Plano de Implementação proposto pelo Programa Brasil sem Homofobia recomenda em seu componente V – “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual” – o fomento e apoio a cursos de formação inicial e continuada de professoras/es na área da sexualidade; formação de equipes multidisciplinares para avaliar os livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estímulo à produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; apoio e divulgação da produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgação de informações científicas sobre sexualidade humana.

Percebe-se que a instância de formação de professores/as que envolvam a superação da homofobia não avançou muito no Brasil, ainda mais com as ações que foram publicizadas pelo projeto da Escola sem partido, que visavam inserir o projeto de lei (PL) 7.180/14, o qual tramitou na Comissão Especial na Câmara dos Deputados.

No Plano Nacional de combate à discriminação (2006) há no capítulo V, o texto: Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não-discriminação por orientação sexual, definindo que deve:

Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e a não-discriminação por orientação sexual; Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB; Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas. (BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Programa Brasil sem Homofobia, 2006. p. 22).

A intenção desse projeto se dava em estabelecer o ‘controle’ do que seria ensinado nas escolas, assim o projeto de lei do deputado Erivelton Santana (Patri) propunha incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) com ‘prioridade aos valores de ordem familiar sobre a Educação escolar em temas relacionados à Educação moral, sexual e religiosa’.

Sobre a proposição da escola sem partido, Gaudêncio Frigotto (2017, p. 22) afirma que:

A desigualdade econômica, social, educacional e cultural que se explicita em pleno século XXI resulta de um processo de ditaduras e golpes da classe dominante com objetivo de manter seus privilégios. Ao longo do século XX convivemos, por mais de um terço do mesmo, com ditaduras e submetidos a seguidos golpes institucionais como mecanismos de impedir avanços das lutas populares e da classe trabalhadora na busca dos direitos elementares do acesso à terra, comida, habitação, saúde, educação e cultura

Esses embates evidenciam como nos mostra Frigotto, uma tentativa de retroceder nas discussões escolares sobre a diversidade, a diferença que se faz e fez historicamente na sociedade, que podem contribuir com a superação das desigualdades e dos preconceitos.

Além disso, é importante fundamentar as análises pelo âmbito do quanto ainda precisamos avançar no que se refere as políticas públicas e educacionais de inclusão social e

diversidade de gênero. A inclusão das temáticas e formação de professores/as no âmbito das políticas educacionais, se apresenta no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Em que buscam efetivar outras práticas de inclusão social e cultural:

Promover medidas que permitam o uso do nome social de travestis e transexuais no serviço público federal, tanto na administração direta quanto nas autarquias, fundações e empresas públicas. Produzir e/ou estimular a confecção e a divulgação de materiais didáticos e paradidáticos e de materiais específicos para a formação de profissionais da educação para a promoção do reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, inclusive em linguagens e tecnologias que contemplem as necessidades das pessoas com deficiências (Brasil, 2009, p. 31-32).

Além disso, o documento (Brasil, 2009, p.17) propõe no âmbito das políticas educacionais que:

Educação e informação da sociedade para o respeito e a defesa da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero; Utilização de peças educativas e informativas atraentes, criativas e com linguagem adequada aos vários públicos aos quais serão dirigidas;
Inserção do enfrentamento à homofobia e à discriminação de gênero nos programas educativos desenvolvidos pelos órgãos municipais, estaduais e distrital de assistência social;
Formação e capacitação contínua de atores públicos e sociais na temática da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero.

A inclusão da temática da diversidade e orientação sexual nas escolas proposta pelo Plano se configurou como um avanço para a representatividade da população LGBTQI+, porém poucos foram as inserções nas matrizes curriculares nacionais, estaduais e municipais. Sobre essa questão, ao estudar as políticas públicas sobre a efetividade dos Planos, os autores Mello; Avelar e Maroja (2012, p.294) apontam que:

O projeto de uma sociedade sem sexismo, machismo e homofobia, capaz de incluir pessoas que hoje são marginalizadas e perseguidas por não se conformarem ao pensamento majoritário, tem também suas próprias contradições, sendo uma das principais o risco de a assimilação implicar a própria descaracterização ou desintegração identitária das pessoas e grupos LGBT. Ou seja, essa “nova sociedade” também exigiria de suas/seus integrantes a conformação a modelos de homossexualidade, travestilidade e transexualidade socialmente hegemônicos, mantendo à margem todas/os as/os que se recusarem a incorporar as personas sexuais aceitáveis, independentemente de orientação sexual e identidade de gênero: as/os que se casam e têm filhas/os, as/os que se conformam aos binarismos de gênero e as/os que são adeptas/os de um erotismo familista.

A abordagem sobre a inclusão dos diálogos sobre a sexualidade, os grupos LGBTQI+ (movimento político social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para a

comunidade – mais igualdade e respeito a diversidade), suas representatividades na escola e nas políticas educacionais são recentes como percebemos nas análises do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Mesmo que tenha sido amplamente discutido em 2009, ainda na atualidade percebemos poucas inserções e reflexões no campo da produção de narrativas, de materiais didáticos, de diálogos amplos sobre os direitos, acesso e permanência. Mello; Avelar e Maroja (2012, p.306) reforçam ainda que “(...) ações de promoção da cidadania e Direitos Humanos das lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT) tem foco na prevenção à violência, garantindo redes integradas de atenção” (BRASIL, 2009, p 31).

No que diz respeito aos avanços sobre a política de inclusão, os autores salientam que:

A inclusão de uma política de direitos LGBT numa política de direitos humanos é consequência das diversas instâncias de diálogo e negociação entre o governo e a sociedade civil. Avanços importantes aconteceram com os Planos de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo,1994) e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing 1995), pelo reconhecimento dos direitos sexuais e direitos reprodutivos como direitos humanos. O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008), a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a População LGBT (2008), o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (2009), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009) e a criação do Conselho Nacional LGBT (2010), são respostas inequívocas do compromisso do governo brasileiro com a igualdade e a justiça social para todas as pessoas (2012, p.34).

Ainda nessa perspectiva percebe-se que a discussão sobre a transexualidade precisa ser investigada, incluída nos diálogos da escola, sejam de estudantes ou de professores/as. Isso resulta na representatividade plural das diferentes pessoas que circulam no espaço escolar. Berenice Bento (2011, p.553) reforça que a escola precisa produzir diálogos sobre a diferença, sobre reiterar as pessoas:

Reiterar significa que é através das práticas, de uma interpretação em ato das normas de gênero, que o gênero existe. O gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada. São esses sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. Essas infundáveis repetições funcionam como citações, e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza.

A abordagem de Bento nos leva a refletir sobre repensar o que significa o gênero para alguns grupos culturais e sociais, o que podemos reiterar e reintegrar em nossas práticas, principalmente no espaço educativo. Inserir os diálogos sobre a noção de identidade de gênero, amplia as abordagens para além da ‘genitália’ de cada pessoa, permitindo que a comunidade escolar perceba que a heterogeneidade de identidades sexuais esta presente e que vivemos

imersos em processos culturais dinâmicos, em que as linguagens, regras, costumes, valores e sentimentos aprendidos podem ser apreendidos conforme o grupo ao qual nos relacionamos.

Sobre a formação de professores/as tem-se no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica -PARFOR- decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009 (Brasil, 2009) algumas diretrizes sobre a abordagem da inclusão de gênero. Além desse documento, salientamos que há algumas orientações curriculares.

José G. Sacristán (1998, p. 43), ampara nossa análise no sentido de evidenciar que as ações curriculares, muitas vezes podem ampliar o que se inscreve no currículo prescritivo, ampliando as ações do currículo oculto, uma vez que:

A aceção do currículo como conjunto de experiências planejadas é insuficiente, pois os efeitos produzidos nos alunos por um tratamento pedagógico ou currículo planejado e suas consequências são tão reais e efetivos quanto podem ser os efeitos provenientes das experiências vividas na realidade da escola sem tê-las planejado, às vezes nem sequer ser conscientes de sua existência. É o que se conhece como currículo oculto.

Nesse sentido, a escola precisa aprender a conviver, dialogar, abordar e respeitar a diversidade de gênero, incluindo no currículo formal, as ações que atravessam as relações de poder, de saber, de sexualidade, de desconstrução das hierarquias de gênero.

No Estado de Mato Grosso do Sul, há a Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT do Estado de Mato Grosso do Sul, que é subordinada a Subsecretaria Especial de Cidadania, de acordo com a Lei nº 5.304, de 21 de dezembro de 2018, tem por competências:

a) a elaboração e a execução de políticas e de diretrizes governamentais para o fomento e o desenvolvimento de programas, projetos e de atividades de integração das ações voltadas à população LGBT, a realização de estudos, de debates e de pesquisas sobre as condições de vida da população LGBT, a fim de promover a inclusão social.

Além disso, em relação à defesa dos grupos LBTQI+, há algumas diretrizes no Estado de Mato Grosso do Sul, como as que listamos:

Lei n. 3.157, de 27 de dezembro de 2005- Dispõe sobre as medidas de combate à discriminação devido a orientação sexual no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

Lei n. 3.416, de 04 de setembro de 2007 - Altera dispositivos da Lei n. 3.287, de 10 de novembro de 2006, que dispõe sobre a obrigatoriedade da disciplina de Relações de Gênero no conteúdo curricular dos cursos de formação de Policiais Civis e Militares e Bombeiros Militares, acrescentando a disciplina de combate à homofobia.

Lei n. 3.591, de 09 de dezembro de 2008 - Altera dispositivo da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul.

Lei n. 4.031, de 26 de maio de 2011 - Institui o Dia Estadual de Combate à Homofobia em Mato Grosso do Sul.

Lei n. 4.271, de 26 de novembro de 2012 - Veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Estado de Mato Grosso do Sul.

Lei n. 5.304, de 21 de dezembro de 2018 - Altera e acrescenta dispositivos à Lei n. 4.640, de 24 de dezembro de 2014, que reorganiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Essas legislações de certa maneira estão em consonância com as propostas nacionais e internacionais de manutenção de direitos humanos e da inclusão social. Mesmo que não tenhamos efetivamente modificações nos currículos escolares, as abordagens das leis nos envidam a projetar que possíveis problematizações sobre os grupos culturais e de gênero estão sendo contempladas. Mesmo que nesse momento, não possamos analisar a efetividades das leis no Estado de Mato Grosso do Sul.

2.2 “Colocando-se no lugar do outro”: Jhenifer na escola

A busca pela ressignificação do que representa na escola o saber e ser da professora Jhenifer, trazendo as suas memórias sobre a sua trajetória pontua a inclusão da diversidade de gênero e sua identidade. Uma professora única na unidade escolar, no interior de Mato Grosso do Sul, que tem sua sexualidade definida precisa nos contar sobre sua história e sua inserção na educação, pois, com sua narrativa podemos ampliar o enfoque da diversidade sexual na escola. Isso porque, como afirma Bento (2011, p.558):

A escola não é uma ilha. Embora saibamos que historicamente tem cumprido principalmente o papel de reprodutora de uma visão naturalizada das relações sociais, notamos que os debates que atravessam a sociedade brasileira também podem se sentir nas salas de aula.

À primeira vista parece ser tranquilo o fato de uma professora trans incorporar o quadro de docentes da escola, mas essa nem sempre foi a realidade da Jhenifer, que por muitas vezes foi e é alvo de olhares e indiretas, mesmo entre a sua equipe de trabalho. Sua história de vida retrata situações de preconceitos e reafirmações enquanto mulher e professora trans e mesmo nos espaços escolares, nem sempre foi bem aceita e respeitada como mulher. No diálogo com Jhenifer foi entregue um caderno onde ela pode escrever suas memórias, traçando contornos de sua narrativa para a vida docente e pessoal.

Optamos por trazer a narrativa completa de Jhenifer, pois permite analisar todo o processo histórico educativo, sexual e cultural em sua vida. Jhenifer nasceu no ano de 1991, moradora de Brasilândia – MS:

Me identifiquei como trans aos 15 anos e aos 18 anos externei a sociedade, buscando deste então, maior aproximação de meu corpo com minha identidade de gênero. Em 2018, tive o nome retificado, após o Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sou formada em Licenciatura em Arte e especialização em Arte educação. Iniciei a carreira docente em 2017, após ser aprovada no concurso público municipal da cidade de Santa Rita do Pardo/ MS. No início foi muito difícil, as pessoas não tinham contato com pessoas trans, muitas vezes, minha capacidade profissional foi questionada.

Em 2019, também por meio de concurso público municipal, retornei à terra natal, Brasilândia MS, assumindo a vaga de professora de arte do quadro efetivo da Prefeitura Municipal. (NARRATIVA DE JHENIFER, 2019).

Nesse ambiente nunca sofreu preconceito, pois todos já conheciam sua história. Em sala de aula, a professora sempre foi acolhida pelos alunos que a respeitam e não questionam sua sexualidade. Sempre que possível, discute com seus alunos questões relacionadas as identidades de gênero.

Nota-se a partir de sua narrativa que para ser aceita, passa pela vigilância de todos. É importante destacar que os estudos de gênero tratam em maior escala as questões relacionadas às mulheres e isso não quer dizer que a noção de gênero se limita apenas ao feminino. Oposto a isso, aponta “construções culturais”, distinguindo a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos a mulheres e a homens (SCOTT, 1995). Para tanto, é nas relações sociais que se constroem os gêneros e “ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estarão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens” (LOURO, 2001, p.22).

Jhenifer destaca também que:

Eu enquanto profissional de educação estou no meu segundo concurso público, o primeiro foi em uma cidade chamada Santa Rita do Pardo, um lugar que se iniciou bem turbulento, por ser uma cidade muito pequena e afastada, as pessoas nunca haviam tido contato direto com uma pessoa trans ocupando um cargo de professora, muitas vezes minha capacidade profissional foi colocada em questão, porém mostrei uma outra realidade, não deixava que questionassem a minha competência e em pouco tempo, fui ganhando respeito e admiração dos pais e da equipe gestora da unidade escolar (NARRATIVA DE JHENIFER, 2019).

Nota-se que a concepção de gênero perpassa o cotidiano escolar, pois como afirma Joan Scott (1995, p. 86), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Jhenifer nos traz ainda que seu sonho é ser pesquisadora, mas pausou os estudos e assumiu o trabalho docente:

Ser professora não era uma primeira opção, antes desse curso, cursei outros porém, sem finalizar, com isso, após um ano que fiquei sem estudar, apenas trabalhando, surgiu a oportunidade de fazer o curso e pela aceitação e a ligação que tive me identifiquei e segui a carreira. Meu objetivo era ser pesquisadora, porém, fiz um concurso em 2016, no ano que eu iria finalizar o curso e passei, assim que fui chamada, resolvi pausar os estudos e vivenciar à docência e estou a quase 4 anos nessa vivência que se iniciou em 2017 (NARRATIVA DE JHENIFER , 2020).

A escolha de profissão a encaminhou para outras possibilidades na vida. No processo de formação docente, a abordagem de gênero e sexualidade se inscreve nos documentos oficiais como diretrizes curriculares, parâmetros curriculares nacionais, proposta curricular do município de Brasilândia. Pode trazer o que tem nesses documentos sobre sexualidade, diversidade de gênero.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico da escola em que a professora Jhenifer atua, percebemos a ausência do tema “diversidade de gênero”. Tem-se apenas no Capítulo XVI – Plano de ação de língua portuguesa aparece a palavra gênero na seguinte frase: “[...] conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia”. Assim essa temática não faz presente no cotidiano escolar da coordenação pedagógica, nem mesmo nos processos formativos internos e externos (SEMEC).

Nessa pesquisa, o termo transexual, considerando as definições apresentadas pela academia, o que vale ressaltar é a forma como Jhenifer define sua identidade, a partir de seu entendimento e como ela se auto identifica. Consideramos que a autoidentificação de Jhenifer, fundamenta seus relatos e suas experiências, o que culminam no reconhecimento de sua identidade de gênero.

Jhenifer nos relata que sua primeira aprovação em concurso público para educação foi em Santa Rita do Pardo/MS, cidade pequena com aproximadamente 7.582 habitantes e fica afastada cerca de 60 km de cidades vizinhas. O que trouxe um início de trajetória de trabalho para Jhenifer, que narra em suas memórias, como turbulento:

[...] as pessoas nunca haviam tido contato direto com uma pessoa trans ocupando um cargo de professora, muitas vezes minha capacidade profissional foi colocada em questão, porém mostrei uma outra realidade, não deixava que questionassem a minha competência e em pouco tempo, fui ganhando respeito e admiração dos pais e da equipe gestora da unidade escolar. (NARRATIVA DE JHENIFER, 2020)

Ela nos conta ainda que esteve nessa escola durante um ano e nove meses e que nesse período participou de outro concurso, sendo aprovada, agora para sua cidade natal, Brasilândia. E no final de 2018 assumiu o concurso e retornou para sua cidade, também localizada no estado do Mato Grosso do Sul, com 11816 habitantes. E continua:

nesse novo ambiente de trabalho, nunca presenciei ou fiquei sabendo de atitudes de preconceito, por eu ser da cidade, minha inteligência e competência profissional me antecedia e o acolhimento que tive só reforçou que eu realmente deveria ter voltado (NARRATIVA DE JHENIFER, 2020).

Durante seu processo de educação superior, em seus escritos, Jhenifer pontua que não houve diretamente atitudes de preconceito. Sua turma era bem alternativa, havia alunos gays, lésbicas, bissexuais, mas ela era a primeira e única pessoa trans durante todo seu percurso acadêmico, o que nos encaminha para perceber que os cursos nas licenciaturas têm maior ampliação de diálogos e de pessoas da diversidade de gênero e de sexualidade.

Sobre essa questão da visibilidade da diversidade de gênero, Louro (2008, p.21) afirma que:

A visibilidade que todos esses novos grupos adquiriram pode ser, eventualmente, interpretada como um atestado de sua progressiva aceitação. Contudo, nem mesmo a exuberância das paradas da diversidade sexual, das feiras mix, dos festivais de filmes alternativos permite ignorar a longa história de marginalização e de repressão que esses grupos enfrentaram e ainda enfrentam. Não podemos tomar de modo ingênuo essa visibilidade.

Jhenifer ainda nos relata que:

Embora eu sempre fui muito acolhida pela equipe gestora da faculdade, eu sabia de forma indireta dos comentários transfóbicos que circulavam por lá, coisas como o uso do banheiro feminino ou até mesmo pessoas que questionavam e atribuíam estereótipos para mim com a coordenadora do curso, essa mesma coordenadora, em uma de nossas conversas abertas, com a turma e membros da gestão, deixou claro que eu era a única protegida dela, e um de seus maiores orgulhos enquanto acadêmica (NARRATIVA DE JHENIFER, 2020).

Desse modo, seguindo as regras heteronormativas, quando nasce “homem”, pressupõe que seu gênero seja masculino, assim, deve se relacionar afetivamente com mulheres. Diante do apontamento da Jhenifer, a homofobia tem ligação direta com a heteronormativa, quando deixa claro que a heterossexualidade é a norma, “isto é, a obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante” (BRITZMAN, 1996, p. 79).

Da mesma forma, ao nascer “mulher” espera-se que tenha como orientação sexual a heterossexualidade e sua identificação de gênero seja o feminino. No entanto, quando há a inserção de uma pessoa trans no ambiente escolar, em geral, prevalece a exclusão social.

no início da minha carreira profissional, houve alguns episódios de trans fobia, como pais com problemas de aceitação em haver uma professora trans lecionando, dentre a equipe de trabalho e/ou gestora por não respeitar o gênero ou nome social na época em que eu ainda não havia feito a retificação. O dia de uma professora comum não é fácil, ser trans na educação só te coloca em olhares de crítica, porém desde a minha formação eu sabia desse percurso, mas minha autonomia e construção profissional me deixam tranquila, eles podem me julgar por ser trans, mas nunca a minha capacidade como professora, pois dentre as críticas eu sempre fui muito elogiada pelos meus gestores enquanto profissional da educação (NARRATIVA DE JHENIFER, 2020).

Nota-se que as pessoas que estão fora dos padrões normatizados por uma sociedade regada de preconceitos, como os transexuais, vivenciam diversas formas de violências em seu cotidiano e por meio disso mostram a marginalização, práticas discriminatórias, silenciamento e dominação que a sociedade expressa. Louro (1997, p. 27) afirma que

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/ gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam.

Jhenifer ainda nos apresenta algumas questões do seu trabalho, contando que:

posso dizer que tenho muito mais respeito e aceitação dos meus alunos do que as outras pessoas, todos os meus alunos me respeitam e me tratam da forma correta, às vezes, raramente, um ou outro erra o gênero na hora de me chamar. Mas antes que eu precise corrigir os outros alunos já fazem isso, na sala de aula não há perguntas sobre sexualidade, até porque **os alunos são reprimidos ou tem vergonha** desse assunto, embora em algumas salas o tema é interdisciplinar eu levanto a questão de sexualidade e várias vezes me coloco como exemplo. (NARRATIVA DE JHENIFER, 2020)

Esse silenciamento que pode ser caracterizado também pela omissão, principalmente nos casos que acontecem dentro da sala de aula, violência física ou verbal geralmente sofrida por estudantes que expressam sua diferença sexual e de gênero, quando compartilhada com professores, são evitadas, pois tais temas não devem ser discutidos na escola, os alunos são reprimidos devido à falta de diálogo. O PPP não contempla projetos e ações que discutam identidade sexual e de gênero na escola. Desta forma, a pesquisadora canadense Debora Britzman (1996) descreve o medo do professor em abortar os temas:

existe o medo de que a mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas. A ideia é que as informações e as pessoas que as transmitem agem com a finalidade de “recrutar” jovens inocentes. (...) Também faz parte desse complexo mito a ansiedade de que qualquer pessoa que ofereça representações gays e lésbicas em termos simpáticos será

provavelmente acusada ou de ser gay ou de promover uma sexualidade fora da lei. Em ambos os casos, o conhecimento e as pessoas são considerados perigosos, predatórios e contagiosos. (BRITZMAN, 1996, p. 79-80).

Percebemos em suas escritas que a relação de Jhenifer com seus alunos transcorre tranquilamente, pois não nos relata episódios de preconceito e discriminação. A aceitação por parte dos alunos é tranquila e respeitosa. Mas sobre os colegas ela conta que:

no corpo de funcionários ou gestão escolar sempre há discussões e perguntas sobre isso, muitas vezes curiosidades e eu sempre me coloco a disposição para sanar essas dúvidas, tenho uma ótima relação com a equipe gestora e pedagógica, pelo menos aparentemente nunca tive problemas envolvendo minha sexualidade de forma direta com nenhum deles (NARRATIVA DE JHENIFER, 2020).

O que sua narrativa nos mostra é que, ainda que seja comum a existência de professores homossexuais, sua orientação sexual pode ser ocultada. Porém, para as pessoas trans, a identidade de gênero não se pode ocultar. Desse modo, quando uma professora trans adentra os muros da escola, questões e curiosidades são proferidas pelos profissionais que ali estão e poucos são os gestores que sabem mediar essa situação, coibindo ofensas, piadas e até atitudes preconceituosas. Sobre sua forma de lidar com as situações da vida, descreve que:

espero que minha trajetória sirva de exemplo para outras pessoas que sofrem com sua sexualidade ou com seu modo de viver feliz a vida. Estar nessa posição pouco reconhecida, mas com tanta visibilidade é um incentivo para as pessoas buscarem uma melhoria ou almejar lugares que não são aceitos ou reconhecidos. Busco sempre mostrar o melhor de mim, sem reprimir ou esconder meus jeitos, formas e modos com a vida que me deixa feliz. (NARRATIVA DE JHENIFER, 2020)

A abordagem sobre a sexualidade na escola e sobre a experiência da professora Jhenifer nos leva a pensar o quanto ainda precisamos ter na escola, projetos, espaços de diálogo, de valorização das identidades de gênero. Pois é como afirma Lugones (2014, p.940):

A subjetividade que resiste com frequência expressasse infra politicamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade opositora. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/ as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna.

Ao longo desse capítulo trouxemos as narrativas de Jhenifer, longe de dar voz a alguém, mas no intuito de evidenciar a história da professora por meio das memórias que representam

um método investigativo importante para a pesquisa, torná-la protagonista de seu processo de formação e autora de sua vida, sendo referência para si mesma.

3 JHENIFER: TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DE UMA PROFESSORA TRANS EM BRASILÂNDIA/MS

Nesse capítulo analisamos a narrativa biográfica da Professora Jhenifer, a qual registrou suas memórias e nos trouxe os elementos de sua trajetória desde a infância até as relações no espaço educativo. Para substanciar a análise de sua autobiografia, utilizamos a sua escrita, sem alterar a essência de suas palavras¹. Assim, metodologicamente encaminhamos as análises a partir da autobiografia, permitindo que sua voz, sua história de vida e de trabalho, as superações, as dificuldades, o ambiente familiar e tudo que remete a sua trajetória, entrelaçando com o referencial teórico sobre memória e autobiografia, seja respeitada.

Na narrativa é possível entrelaçar as informações com o processo sócio-histórico, pois:

As narrativas combinam histórias de vida a contextos sócio-históricos, ao mesmo tempo que as narrativas revelam experiências individuais e podem lançar luz sobre as identidades dos indivíduos e as imagens que eles têm de si mesmo, são também constitutivas de fenômenos sócio históricos específicos nos quais as biografias se enraízam. As narrações são mais propensas a reproduzir estruturas que orientam as ações dos indivíduos que outros métodos que utilizam entrevistas. (MUYLAERT et al, 2014, p. 196)

Optamos por transcrever a narrativa para que pudéssemos problematizar de que maneira Jhenifer foi construindo seu percurso como mulher trans e como professora em meio as dificuldades e superações, seja nos contextos sociais, seja nos contextos educacionais. Isso porque, essa mulher representa uma mudança ou uma busca de mudança nos paradigmas educacionais. O uso das narrativas (auto) biográficas como fonte de investigação é uma forma de reconhecimento e legitimidade do indivíduo, visto que, enquanto sujeitos de direito, são capazes de narrar sua própria história, fazendo reflexões sobre ela. As narrativas (auto) biográficas se constituem instrumentos de investigação eficazes, de forma que, as narrativas individuais podem evidenciar o que ocorre no plano social.

As narrativas biográficas de que nos servimos não são monólogos ditos perante um observador reduzido à tarefa de suporte humano de um gravador. Toda entrevista biográfica é uma interação social completa, um sistema de papéis, de expectativas, de injunções de normas e de valores implícitos e, por vezes, até de sanções. Toda entrevista biográfica esconde tensões, conflitos e hierarquias de poder; apela pelo carisma e para o poder social das instituições científicas relativamente às classes subalternas, desencadeando as reações espontâneas de defesa. (FERRAROTTI, 2010, p. 46).

O trabalho com narrativas autobiográficas implica na forte participação do indivíduo que, por sua vez, se compromete com o processo de reflexão, orientado pelo seu interesse, que

¹ A professora Jhenifer escreveu suas memórias no caderno, assim como encaminhou gravações de voz e de vídeo em que narrou sua trajetória de vida.

o leva a definir e a compreender seu processo de formação. Compreender o quanto natural é a diversidade, torna-se um desafio imenso, já que a sociedade busca um modelo hegemônico, sendo este, a referência de direito e igualdade. Deste modo, pensar a diversidade como algo inerente ao ser humano requer muita reflexão, uma vez que, o espaço escolar por si só, não transforma a diversidade em algo natural.

Assim a visibilidade da professora Jhenifer, em consonância com esse “ideal” de valorização e respeito a diversidade é uma naturalização do impossível. Embora, seja difícil essa capacidade de compreensão, acredito que esta pesquisa sobre a história de vida e memórias da professora Jhenifer, representa o início de uma aproximação da valorização e respeito com as diversidades, em especial, com a diversidade de sexual e de gênero.

Como aponta Born (2001, p 241), a necessidade de pesquisar e publicizar as trajetórias de vida contribuem para compreender as nuances a partir do próprio olhar da pessoa que narra sua história, pois:

A trajetória de vida pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. Normalmente é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida. O curso de uma vida adquire sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico. (BORN, 2001, p 241)

Sobre a concepção transexual, tem-se algumas definições. Os transgêneros, ou as transgêneras como preferem alguns cientistas, segundo o Dr. Enézio de Deus Silva Junior 5: (...) são indivíduos que, na sua forma particular de estar e/ou de agir, ultrapassam as fronteiras de gênero esperadas/construídas culturalmente para um e para outro sexo. Assim, são homens, mulheres - e pessoas que até preferem não se identificar, biologicamente, por expressão alguma - que mesclam, nas suas formas plurais de feminilidade e masculinidade, traços, sentimentos, comportamentos e vivências que vão além de questões de gênero como, corriqueiramente, são, no geral, tratadas (ENÉZIO SILVA JUNIOR, 2011, p. 65).

A visibilidade das experiências de travestis e transexuais, tem se ampliado socialmente:

Talvez motivados pela onda dos estudos queer, pelas críticas pós estruturalistas e pela preocupação também crescente entre a militância LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) em relação às reivindicações das travestis, os achados demonstram o expressivo interesse acadêmico por suas experiências corporais, políticas e sociais que nesta última década, passaram a fazer parte de pesquisas científicas em variadas áreas do conhecimento. (AMARAL et al., 2014, p.302).

Assim, possibilitar que outras vozes sejam publicizadas no cotidiano escolar, é permitir que se fale abertamente da diversidade sexual e de gênero na escola. A partir da identificação

enquanto mulher trans, Jhenifer demarca seus espaços e seu lugar de fala. E assim, estabelecemos categorias para a análise da pesquisa com as memórias biografia da professora Jhenifer. Entre as categorias, elencamos o que ela apresenta em sua narrativa: infância e adolescência, família, escolarização e formação profissional, pandemia COVID-19.

3.1 Infância, adolescência e família: diálogos sobre a constituição de identidade de gênero

Iniciamos com as narrativas de Jhenifer sobre a sua trajetória, relacionando com as concepções acerca da diversidade sexual e da construção da sua identidade de gênero.

Na primeira categoria sobre infância, ela narra que:

Nasci em 09 de agosto de 1991, na cidade de Panorama, S.P. A minha família era constituída pelo meu pai, minha mãe e meu irmão, essa é a última formação de nossa família, mas minha família é muito além disso, minha mãe teve outros filhos antes do casamento com meu pai, que foram 3 irmãs, então vem aí 3 irmãs, depois do casamento com meu pai, veio mais um irmão, que no caso era um casal de gêmeos, mas morreu a menina e depois eu fui a última a nascer. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021)

Percebe-se que há uma construção de ‘seu olhar’ sobre aquela criança, com relações com os gostos pela leitura, pelos estudos:

Sobre minha infância, sempre fui uma criança muito livre, muito aberta, sou a criança caçula do último casamento da minha mãe, eu era uma criança, uma criança aberta a fazer muitas coisas, não entendia o que era sexualidade, vivia uma infância que era desapegada desse tipo de coisa, a única coisa que lembro muito da minha infância e também não é sobre sexualidade é sobre o quanto eu gostava de estudar, o quanto meus pais incentivavam isso em mim, eu era uma criança que além de brincar, de fazer todas as coisas, era muito elétrica, bagunçava, se machucava, era uma criança que ao final da tarde ai para casa, tomava banho e começava ler um livro, eu carregava comigo que eu era uma criança que gostava muito de estudar, de dar orgulho para meus pais, de ter notas ótimas, não aceitava tirar notas menores que 10, achava um absurdo apesar de ser uma criança já trazia essa mentalidade comigo de ter sempre as melhores notas, diferente do meu irmão, que não ligavam muito para estudo, então meus pais sempre me incentivavam muito. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021).

Já sobre a adolescência, Jhenifer apresenta modificações em sua narrativa, decorrentes da morte da mãe, o apoio recebido de sua madrastra, além de iniciar a questão da sexualidade em sua vida. Isso nos leva a notar que ao se compreender de maneira diferente das outras pessoas, estabeleceu em sua memória a “rebeldia”.

Nessa fase o que mais me marcou foi a morte da minha mãe, porque aconteceu bem na ruptura da infância para a adolescência, isso me abalou demais. Porque eu era uma criança que precisava muito da mãe no momento, eu fui criada pelos meu pai e minhas irmãs, ainda bem que meu pai casou com uma ótima

pessoa, perfeita, que foi a minha madrasta, ela fez o papel de mãe eximamente, foi uma pessoa incrível na minha vida, se não fosse ela eu não seria a pessoa que sou hoje, ela sim fez o papel de mãe, ela defendia, ela falava para as pessoas que não gostava que falassem coisas erradas sobre mim, ela se orgulhava de mim. Constituímos uma nova família, meu pai com os filhos dele e minha madrasta com a filha dela...eu entendi que era possível ter outra constituição familiar. Fui uma criança rebelde nessa época, mas por causa de todos os outros problemas, de aceitação homossexual, aceitação de identidade de gênero, de estar saindo de uma base familiar e entrando em outra...foi um adicional de todas essas coisas que me fez ser um pouco rebelde nessa época. Mas melhorei. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021)

Pode-se dizer que o desenvolvimento humano tem como característica um processo longo e contínuo, o qual tem início na tenra idade e provavelmente nunca chegará a um estágio de conclusão. Nesse processo há momentos de maior ou menor atividades e ambientes mais ou menos propícios a sua ocorrência. Dessa maneira, considerando a importância das relações humanas ao longo do desenvolvimento, a socialização é fundamental na constituição da identidade do sujeito, neste viés a família, em especial os pais, caracteriza como uma instituição que carrega significados e sentidos importantes para o processo de formação e desenvolvimento do indivíduo.

Além disso, aponta que na adolescência:

Foi na minha adolescência que eu decidi o que seria a minha vida, na adolescência tive a construção de sexualidade, sabendo o que a sociedade pensava das pessoas trans e das travestis, que eram marginalizadas, que eram pessoas chacoteadas, que não tinham estudo, eram as pessoas que faziam programa e vendia seu corpo para sobreviverem...na minha adolescência decidi ser uma pessoa diferente, uma pessoa que os outros vão olhar e se orgulhar e ver que isso é possível, uma pessoa preta, trans e com estudo, uma pessoa que não será marginalizada e que se constituiu como achou melhor. Foi na adolescência que eu comecei a cultivar isso, fui alimentando para que eu viesse ser a pessoa que sou hoje. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021)

Essas narrativas constituem a identidade de Jhenifer, cujo diálogo foi pautado na concepção de família em relação ao gênero e sexualidade. Durante sua infância, Jhenifer nunca percebeu algum tipo de diferença em seu comportamento, simplesmente era criança sendo criança. Em suas narrativas podemos observar que sua família não notava, - ou se notavam não era falado, talvez silenciado. Seu gosto pelo estudo é bem enfatizado. Mostra imensa alegria em ser elogiada pelos pais por apresentar boas notas, sendo dessa forma o orgulho da família. Embora, as manifestações de gênero possam ocorrer em qualquer idade, o reconhecimento da transexualidade só ocorre a partir da identificação individual de cada pessoa. A relação familiar no processo de apropriação do gênero é evidenciada nos relatos da professora, deixando marcas e alicerçando suas escolhas, principalmente em relação aos pais, os quais impulsionaram a

busca por uma qualidade de vida que contribuísse para o seu desenvolvimento enquanto pessoa e profissional.

Ainda analisando as categorias elencadas na pesquisa, nota-se que na narrativa sobre a trajetória de identidade de gênero, Jhenifer aponta que:

A transexualidade, a sexualidade começaram bem depois disso, a minha mãe morreu eu tinha 10 anos de idade, até então eu não sabia o que era sexualidade. Foi depois dos 12 anos que eu fui aprendendo o que era sexualidade, porque já via os trejeitos em mim, eu ainda não externava a feminilidade, mas os trejeitos já apareciam, então as crianças da escola e os amigos já começavam a praticar bullying comigo, fazendo piadinhas, como era muito irritada, não aceitava as brincadeiras, então eu me defendia, muitas vezes batendo nas outras crianças e isso virava um problemão, mas sempre foi assim, eu não aceitava, na verdade ainda hoje eu não aceito, isso é uma característica muito forte minha. Se alguém falar algo que eu não goste, ou que não seja verdade, eu retruco.

Naquela época por mais que fosse verdade eu não aceitava a forma como se referiam a mim, pois eu não entendia aquilo, eu era uma criança sendo criança e eles falavam aquilo. A partir daí comecei a pensar qual era o motivo que eles falavam isso, será que seria real. Foi quando eu comecei a ler sobre o assunto, porque na minha época não tinha internet, até tinha, mas era de difícil acesso, então fui lendo livros e aprendendo o que era sexualidade, como funcionava o corpo humano, porque dentro da minha casa não tínhamos esse tipo de conversa, então tive que aprender sozinha, então eu falo que sou uma transexual autodidata, eu que tinha que aprender o que era e o que não era. . (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021)

Percebe-se que Jhenifer foi se construindo e demarcando sua identidade de gênero. A qual se configura no modo como o indivíduo se identifica com o seu gênero. Em suma, representa como a pessoa se reconhece: homem, mulher, ambos ou nenhum dos gêneros. É muito peculiar essa confirmação da professora, pois pontua mais uma vez a padronização da sociedade, quando o indivíduo não se enquadra na heterossexualidade e é visto como diferente. Além disso, socialmente ainda se tem uma visão estereotipada sobre a transexualidade. Segundo Zambrano (2006, p.138):

A visão do senso comum considera que tanto travestis quanto transexuais fazem parte de um grupo mais amplo, abarcando também homossexuais. Essa categorização incorre numa confusão entre o que chamamos de "orientação" do desejo sexual (com as "práticas sexuais" correspondentes: homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade) e as "identidades de gênero" (a percepção de si como homem, mulher, travesti, transexual). Ambas as categorias (travestis e transexuais) identificam a si próprias como mulheres, vítimas de um "erro da natureza", tendo nascido com um corpo trocado: alma de mulher em corpo de homem. A diferença entre elas seria que, para as transexuais, segundo a medicina, haveria o aparecimento precoce do sentimento de pertencer ao outro sexo e o desejo de fazer a cirurgia de "troca de sexo".

Essa constituição de ser transexual perpassa inúmeras situações vivenciadas pela pessoa trans. Não é apenas no corpo, mas na forma de pensar toda a sua existência. O que se percebe na narrativa de Jhenifer é que ela foi se analisando e se constituindo enquanto trans num longo processo de constituição de sua identidade de gênero. Como ela expõe:

No início da minha adolescência, eu não me considerava transexual, e sim uma pessoa gay que era feminina, com o passar do tempo, entre os 15 e 16 anos eu entendi o que era transexualidade, então comecei a externar isso, fazendo uso de roupas mais femininas, foi entre o 18 e 19 anos que decidi me tornar realmente uma pessoa transexual. Nessa época comecei a fazer uso de hormônios e estar na feminilidade por 24 horas, aprendi então o que era transexualidade e como externar essa sexualidade dentro de mim, transexualidade não é sexualidade e sim uma identidade de gênero, assim passei a mostrar como eu era. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021)

Foi na adolescência, durante o contato mais intenso com a sociedade, que a convivência começou a se tornar desafiadora, à medida que se iniciava a busca por sua identidade, surge então o distanciamento, a introspecção, os pensamentos sem respostas.

Essa exclusão começou na adolescência, não partindo dos outros, partindo de mim mesmo, eu comecei achar que eu não pertencia aquele grupo e tinha que me afastar, era algo da minha cabeça, mas depois com terapia percebi que era coisa da minha cabeça, as pessoas até aceitavam, elas não ligavam, é que adolescente é maldoso, eles ferem achando que é só brincadeira. Nós que já enfrentamos esse problema interno, leve como algo mais sério, eles brincam, na minha época era só brincadeira, hoje é bullying, eles machucam, maltratam. Carrego comigo alguns amigos de infância, conversamos sobre tudo, não tem como esquecer. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021)

A trajetória de ser transexual, de experimentar situações, roupas femininas compõem o que ela argumenta de “uma sexualidade dentro de mim”, ou seja, foi um processo de se (re) construir como sujeito, já que

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/ gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 1997, p. 27).

Sobre ser transexual ela descreve sua percepção de ser diferente, envolvendo as dimensões de pensar e agir socialmente. Inicia em si, um processo de aceitar o seu corpo, uma construção de identidade de gênero.

As pessoas transexuais já sentem que tem alguma coisa diferente, porque não aceitamos os padrões que são impostos e a partir da adolescência vai aflorando hormônios sexuais e você vai vendo que existe uma diferença, quando você

olha para o outro e sente uma atração, nesse momento você se sente um monstro, isso não aconteceu comigo, porque sempre achei normal, até uma certa idade eu não sentia necessidade de externalizar, mas quando os outros começaram a falar eu tive que aprender e entender o que eu era. O que meus pensamentos diziam sobre mim. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021)

É importante ressaltar que a pessoa transexual, conforme afirma Vencato (2003, p. 201), “é a pessoa que nasce com um sexo anatômico, mas que se sente no corpo de outro alguém, desejando ter o outro sexo e, mesmo representando-se como pertencente ao sexo morfológico oposto àquele com o qual nasceu”. Michel Foucault (2004) sobre os sujeitos, as relações consigo e com as outras pessoas, aponta que:

devem ser entendidas como práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si regras de conduta como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 2004, p.198).

Sobre a família, Jhenifer destaca que:

A minha família sempre foi maravilhosa e me aceitou, talvez eles não respeitavam minha sexualidade, mas me aceitavam do jeito que eu sou, eles sempre viram o lado ótimo que existia em mim, uma pessoa estudante, uma pessoa batalhadora, compromissada, isso eles sempre viram e veem até hoje. Então isso foi minha base, meu apoio, tanto que nunca tive essa conversa com meus familiares, não precisei falar que sou gay, trans, que sou isso ou aquilo, na minha família, a minha escolha foi algo tão natural ,eles só foram observando meu desenvolvimento, eu me modificando, não precisou dessa conversa, eles só foram aceitando, nunca questionaram minhas escolhas, tanto que quando eu decidi ser Jhenifer, demorou um pouco para as pessoas aceitarem, para acostumar com meu nome, eu corriji bastante, mas foi super tranquilo. Essas conversas sobre as escolhas são muito dolorosas, ter que falar para a família, ter que se assumir, porque quem assume, assume algo que é errado, um criminoso assume um crime, e nós não praticamos nenhum crime e sim vivemos nossas vidas com nossas escolhas. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021)

Nossa cultura prega a heteronormatividade e por isso, muitas vezes, as famílias não aceitam a escolha do indivíduo e acaba maltratando e tornando esse caminho mais difícil: batem para corrigir o erro como se a orientação fosse errada. É importante olhar o outro a partir de nós, sem julgar suas escolhas.

A sexualidade entendida como jeito de se expressar, de sentir e de se relacionar com o outro, faz parte de nossa vida, desta maneira, as instituições família e escola influenciam no desenvolvimento saudável da sexualidade. Nunes descreve que:

Pais e educadores estão unidos pela mesma responsabilidade social de gerar, preparar, enquadrar e habilitar as novas gerações ao convívio e reprodução

material e simbólica do grupo social a que pertencem. Nesta sua responsabilidade institucional é que radicam as formas de supostas alianças entre o saber sexual transmitido pela família e aquelas informações e padrões de reforço exigidos pela escola [...] (NUNES, 1997, p.121)

Tanto a família quanto a escola têm sua responsabilidade e sua especificidade quanto a educação sexual. A família, ao abordar a sexualidade de forma assistemática, geralmente a faz a partir da transmissão de valores. Já a escola, ao abordar o tema, precisa ampliar esse conhecimento acerca da sexualidade e da diversidade de gênero, possibilitando uma reflexão dessa orientação, de forma a contribuir para a humanização da sexualidade.

Sobre a percepção em relação a estudante no processo de escolarização, Jhenifer nos conta que:

Na época da escola tanto os professores quanto a gestão escolar, deveriam ser nossos protetores, mas muitos fecham os olhos e eu vejo muito isso na escola. Eu como professora, venho para mudar essa visão, porque os transexuais são pessoas que mais saem da escola, porque não são respeitados, querem debater sobre a escolha do nome. Isso aconteceu muito aqui em Brasilândia, com amigas minhas, onde eram forçadas a falarem o nome do registro, eu achava um abuso, para que isso, algo tão simples, falar um nome, acho que o nome é coisa primária de uma pessoa e você não é respeitada pelo seu nome, como querer estar em um ambiente que as pessoas não respeitam o mínimo de você? E como professora hoje em dia, quando vejo algum tipo de brincadeira ou alguma coisa errada, explico o certo e o errado daquela atitude, assim contribuo para a desconstrução do pensamento preconceituoso. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021).

A narrativa sobre como a escola deveria acolher e de que maneira ela se vê nesse processo de escolarização, pauta a escola como espaço de respeito, mas que percebe o quanto ainda precisa ser um espaço acolhedor, pois:

a escola aparece como uma instituição que silencia a dor sofrida e legitima as normas e valores hegemônicos da sociedade heteronormativa, assim como a agressão aos seres que não se enquadram na ordem de gênero instituída. Os gestos e ações cotidianas expressam a mensagem de que o espaço educacional não os acolhe e isso impregna em sua autoestima e acaba por produzir uma autoimagem de ser anormal. Por sua vez, os educadores que possuem autoridade simbólica e poderiam mediar os conflitos que emergem, não estão preparados e também possuem valores e normas interiorizadas que são acionadas (SILVA et al, 2008, p.11)

Acreditar que a escola pode se transformar num espaço melhor e de respeito às alteridades é o que defende Jhenifer. Ela afirma que não pode haver relação direta entre a identidade de gênero e a orientação sexual. Dessa forma, pode-se encontrar vários tipos de identidade de gênero nas categorias homossexuais e heterossexuais.

Ela ressalta que se

os professores pensassem na raiz do problema e ensinassem a partir daí, quando as crianças chegassem na nossa idade, talvez teríamos uma sociedade melhor, principalmente em relação ao preconceito, onde as mulheres trans não fossem mortas por não serem aceitas, permitindo que todos frequente a escola independente de suas escolhas, visto que a escola é para todos. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021).

Ser um espaço para todos, indiferente de sua identidade de gênero, religião, raça, cor e credo são questões que nos impulsionam a dialogar sobre a escola como espaço plural. Nesse sentido, Peres (2009) afirma que

A escola, que deveria ser um lugar de inclusão e respeito da diversidade, muitas vezes perde a sua função e passa a desempenhar outras. Torna-se escola-polícia, escola-igreja, escola-tribunal, orientadas por tecnologias sofisticadas de poder centradas na disciplina dos corpos e na regulação dos prazeres. Distanciam-se, assim, de uma das funções da educação: tornar as pessoas preparadas para o convívio com as diferenças por meio da produção de sentimentos e atitudes de fraternidade, solidariedade e igualdade de direitos, valorizando o coletivo e garantindo o acesso à informação, sem o que é impossível às pessoas a construção de suas cidadanias. (PERES, 2009, p. 249).

Garantir que a escola seja um espaço de igualdade, de valorização das pessoas em todas as suas dimensões, pode potencializar um espaço de diálogo que se volte aos problemas sociais e culturais.

na escola Antônio Henrique Filho eles me dão abertura para fazer o que eu quero, mas já trabalhei em escolas que não me deixava fazer nada, foi um período medieval na minha vida, eu não tinha voz, e aqui eu tenho voz, posso fazer tanta coisa diferente, acho que é isso, a escola tem que ser isso, incentivar novos projetos e apoiar novos pensamentos, ensinar as crianças a serem adultos melhores. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021)

Tanto a família quanto a escola são núcleos de intenso convívio, desta forma, quando há o choque dessas relações, reflete no sujeito promovendo conflitos importantes para a reflexão, desde que sejam abordados com respeito as diferenças que existem nesses espaços. Analisando as situações narradas por Jhenifer, amparamos a discussão sobre o que Foucault (1979) chamou de governamentalidade, que seria uma espécie de controle da vida e dos viventes. Sobre isso, o autor aponta que:

(...) entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por 'governamentalidade' entendo a tendência, a linha de força que, em todo ocidente, não parou de conduzir (...) toda uma série de saberes (...) (FOUCAULT (1979; p.143).

Cabe refletir sobre a política educacional que traz o lema “Educação para Todos”, onde o professor não é apenas um transmissor do conhecimento e sim o mediador de todo o processo. Abordar a diversidade sexual requer o distanciamento de preceitos ditatoriais que possam aumentar as barreiras da intolerância, assim o professor precisa estar preparado para ajudar na construção de um cidadão consciente de seus direitos e seus deveres. Guacira Louro (1997) nos faz refletir sobre o papel que a escola desempenha nas questões de gênero e sexualidade, tendo o professor como peça fundamental na resolução de problemáticas advindas desses temas.

É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nossos trabalhos (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas “críticas”). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui. (LOURO, 1997, p.64)

É importante ressaltar que precisamos falar sobre sexualidade, pois as crianças precisam se conhecer e conhecer o outro e o limite que os separam, para que possam crescer vivenciando suas escolhas, de forma que evitem qualquer tipo de intolerância, desrespeito e discriminação para com o outro.

3.2 A escola, o ‘ser professora trans’ e os desafios

A escola é um espaço que produz comportamentos, onde a sexualidade se manifesta, propaga valores e conhecimentos, instiga e supera preconceitos, porém precisa ter a responsabilidade de fomentar os direitos humanos, desta forma, é necessário identificar e enfrentar as dificuldades, no intuito de tornar a escola, mais justa e solidaria, livre de preconceitos e discriminação.

Minha vida escolar, fundamental e médio foi tudo em Brasilândia, somente fui estudar fora na universidade porque não tinha aqui. Eu sempre fui a queridinha dos professores, sempre sentava na frente da mesa da professora, era elogiada pela letra, pela leitura, mas eu era muito terrível, bagunçava, aproveitava porque era a queridinha da professora. Sempre tive uma boa relação com meus professores, acho que todos os professores eu gostava, tinha uns mais didáticos, outros menos, tive problema com uma professora, mas não devido a sexualidade e sim porque eu não achava certo o jeito que ela ensinava.

Eu me lembro perfeitamente de quando era criança, adorava brincar de ser professora, eu brincava e achava o máximo, eu adorava arte, achava tudo aquilo incrível, quando a professora de arte dava aula, meus olhos brilhavam, porém isso foi se apagando da minha mente. Quando terminei o colegial tive a oportunidade de passar na federal em letras, mas não deu certo, não consegui fazer minha inscrição. Até tentei outros cursos, mas desistia, porque não me identificava. Quando eu estava com 19 anos, surgiu uma oportunidade de bolsa de estudos para licenciatura em Arte na cidade de Dracena-SP, eu entrei,

mas com aquele pensamento, se não gostar eu saio. Mas eu fui gostando tanto, foi voltando a realidade da minha vida, de como eu gostava de ser professora, então resolvi terminar, pois me encontrei. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021)

Ao discorrer sobre o processo de formação profissional da professora Jhenifer, pude trazer para a pesquisa as contribuições de Antônio Novoa (1992) sobre formação docente, pois a partir das histórias de vida, das memórias e (auto)biografia, o autor da voz ao professor, onde a memória torna-se um instrumento essencial para o resgate das experiências vividas ao longo de sua carreira, contribuindo assim, efetivamente, para a formação individual, pois propicia o exercício de autorreflexão que conduz à compreensão, valorização e análise das ações pessoais e profissionais.

É importante frisar que a sua narrativa recompõe sua trajetória de vida com reflexões e autoanálise, mas também com direcionamentos sobre o que vai nos contar. São os caminhos, os espaços que ocupa na sociedade, a fuga da padronização, o conhecimento de si mesma, conforme aponta Born (2001, p 242)

Mas a trajetória de vida não apenas forma a sua estrutura por meio dessas instituições reguladoras (como o sistema escolar, o mercado de trabalho e o sistema de bem-estar com suas leis específicas), mas também é definida pela sua padronização que, ao mesmo tempo, produz suas normas. É devido a essas normas que definimos, por exemplo, uma certa idade como sendo muito cedo para casar, ou mesmo para morrer. Este conhecimento - sobre o que ocorre na vida de alguém - faz com que as pessoas acreditem que a trajetória de vida seja previsível.

Compreendemos que as experiências vividas pela professora influenciaram na sua escolha profissional e nas suas práticas pedagógicas, pois deixa evidente os retrocessos e avanços que foi vivenciado por ela enquanto estudante.

Nesse sentido, a história de vida é importante para a reflexão sobre seu percurso, articulando o pessoal e o profissional, no intuito de desvelar o passado, nortear o presente e adaptar ou mesmo transformar o futuro, dando novo rumo a ação docente.

Essa profissão precisa de se dizer e de se contar: é uma maneira de compreender em toda a sua complexidade humana e científica. É que ser professor obriga opções constantes, que cruzam à nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar, e que desvendam na nossa maneira de ensinar à nossa maneira de ser. (NOVOA, 1992, p.10)

A professora em sua ação cotidiana estimula diversos saberes que emergem de várias fontes, tendo como referência a herança familiar e a acadêmica, as quais dão origem a sua identidade docente. Nesse sentido, as narrativas nos mostram que tanto a família, quanto a escola, influenciam os caminhos que resolveu percorrer.

Embora Jhenifer seja considerada diferente para a sociedade, suas memórias e suas experiências são únicas dentro da escola. Ela consegue transitar dentro do sistema educacional aproveitando as oportunidades e tendo voz no processo de escolarização. Entendo que o lugar ocupado por ela tem um significado positivo no aspecto social e conseguiu ressignificar e vencer os preconceitos, não se intimidando diante de sua condição de vida e sempre demonstrou segurança em suas decisões, além de exigir seus direitos e cumprir com seus deveres, desta forma, conquistando seu grupo e mantendo seu prestígio.

Em suas narrativas, Jhenifer se mostra orgulhosa pela escolha de sua profissão. A seguir, ela relata como foi sua trajetória quando se iniciou docente, os primeiros desafios, as primeiras decepções e as primeiras vitórias. Sua forma intensa de viver a profissão possibilitou o seu reconhecimento socialmente, mesmo quando sua identidade sexual e de gênero é evidenciada e interpretada pelos diversos sujeitos, principalmente os que compõe a comunidade escolar.

A primeira escola que trabalhei sempre me questionavam, foi um período de trevas na minha vida, tanto que eu nem gosto de lembrar, eles não me aceitavam, era uma cidade pequena, totalmente pragmática, de pessoas que misturavam religião com escola, eles achavam que por eu ser uma pessoa transexual eu não tinha capacidade suficiente para lecionar, mas eu mostrei para eles que eu era a melhor professora que tinham, naquele lugar tive que mostrar o meu melhor a todo minuto, foi um período de trevas, que mais me abalou psicologicamente, pensei em desistir na segunda semana de aula, mas não sou uma pessoa de desistir, então trabalhei como devia trabalhar e vou levar essas experiências para minha vida, foi lá que aprendi a me defender, a mostrar meus ideais, e ver o que era ser uma professora por conta própria. Eles me obrigavam a trabalhar de uma forma, eu contestava, falava que ninguém havia me colocado ali, que eu passei no concurso, fiz faculdade, e ia trabalhar conforme estava no currículo, trabalhar de forma correta, eles tentavam me forçar de um jeito e eu não aceitava. Eu falo que aquela escola foi terrível e é até hoje, ainda bem que está no passado, eu não quero nunca mais voltar lá, nem se for para fazer uma palestra. (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021)

A educação, dentro do contexto da sexualidade, e das relações de gênero, provoca tensões, pois a profissão docente requer relações estreitas e interligadas com o outro. Essas relações, muitas vezes, são determinantes na vida dos indivíduos. Nessa perspectiva, o espaço escolar, onde a diversidade se faz presente, na maioria das vezes, não são aproveitados, perdendo a oportunidade de discutir valores e combater a discriminação tais como a étnico-racial, religiosa, de gênero, sexual, dentre outras. Pude perceber nas narrativas da professora que a pedagogia utilizada por ela provocou tensão, inquietações, conflitos e estranhamentos, tantos nos pais quanto nos gestores, ela estava ali rompendo alguns padrões e modelo de educação conservadora e tradicional. A sua presença provocou um mal-estar no conservadorismo daquela escola, pois deixavam de lado a essência do aluno que necessitava

reaprender valores e novos conceitos, essa forma de ensinar trazido pela professora transexual poderia torná-los adultos de referência, assim como os valores trazidos por professores heterossexuais.

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo-inato a todos- deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescente ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento, mantém-se, com relação à sexualidade, como o lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 2000, p. 25).

Muitas vezes, na tentativa de selecionar o conhecimento do que pode ou não pode ser trabalhado no currículo da escola, alguns temas relacionados ao gênero e a sexualidade são considerados “inadequados”, mesmo esses assuntos sendo inerentes ao conhecimento dos alunos, tais acontecimentos potencializam o silenciamento acerca de temas como homossexualidade, violência, aborto, exploração sexual entre outros. Embora haja documentos governamentais² que orientem a inserção destes temas na escola, não existe nenhuma lei que regulamenta a educação sexual. Discutir assuntos que gera incômodos na comunidade escolar acaba por contribuir com a norma social que traz arraigada a violência, o preconceito e o desrespeito contra indivíduos que vivenciam sua sexualidade fora dos padrões heterossexuais. Mediar as situações de homofobia, bem como outras formas de discriminação, que atualmente recebem o nome de bullying, é um dos papéis fundamentais da educação, à medida que a escola intervém em atos preconceito, passa a agir em consonância com o direito de todos conviverem em espaço único, independentemente de sua orientação sexual, étnica ou religiosa.

Sabemos que existem práticas preconceituosas dentro e fora da escola, muitas vezes, essas práticas são orientadas pela matriz heterossexista que está presente nas configurações sociais da educação. Essas práticas produzem discursos enraizados historicamente que são repetidos no cotidiano, promovem exclusão da população LGBT dos direitos da cidadania, e constitui um problema a ser enfrentado pela educação e democratização da sociedade brasileira. Assim, como vemos nos Caderno de Gênero e Diversidade Sexual na Escola

Não por acaso, é muito recente a inclusão das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira a partir de uma perspectiva de valorização da igualdade de gênero e de promoção de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual. Uma perspectiva

² Ver artigo: A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. Luciana Uchôa Barbosa, Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa e Vanderlei Folmer. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019> . Acesso em 11/04/2021.

que coloca sob suspeita as concepções curriculares hegemônicas e visa a transformar rotinas escolares, e a problematizar lógicas reprodutoras de desigualdades e opressão. (BRASIL/SECAD, 2007, p. 11)

Cabe aqui evidenciar que ao exercer a profissão docente, a professora Jhenifer não se desvinculou das marcas da sexualidade e de gênero inscritas em seu corpo, mesmo que não anunciadas, são notórias a diferença e os impactos provocados nos pais, alunos, docentes e em outros sujeitos que fazem parte do processo educativo, mais uma vez confirmando a estreita relação da escola com os princípios religiosos e morais que permanecem como determinantes das diretrizes da profissão docente.

A transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos “normais anormais” e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais. (BENTO, 2008, p.25).

Na sua atuação como professora, Jhenifer atribui alguns problemas que são relacionados com sua orientação sexual, a seguir transcrevo sua afirmação.

Tem um probleminha, que para mim não é problema, mas eu o trabalho com muito cuidado, como leciono arte um dos temas que abordo é o corpo humano. A maioria dos artistas são pessoas que levam a vida libertina e quando trabalho esses temas com meus alunos, tenho que ter mais cuidado, porque eu nunca sei o que pode acontecer, ou como os alunos vão levar esse assunto para casa. Por eu ser transexual, um pontinho pode virar um livro, se eu falar do renascimento, fala sobre o corpo, sobre sexo, no modernismo fala sobre os pintores que reproduziam orgias sexuais, se eu passo de uma forma que o aluno não compreenda, isso pode virar um problema muito grande para mim. Eles não vão falar que a matéria é inadequada, mas sim o que uma professora trans está querendo com isso, incentivando meu filho a ter esse tipo de comportamento. Já aconteceu isso, quando eu entrei na escola, mesmo estando no currículo, fui trabalhar cultura, diversidade de gênero e outras coisas, passei um vídeo para discutir com os alunos, porém alguns não entenderam, tinham pais religiosos, levaram isso para fora da escola, no outro dia me chamaram na direção para explicar porquê estava abordando tais assuntos, não fui questionada pela gestão escolar, mas sim pelos pais. Tive que explicar o que estava acontecendo, porque estava trabalhando o vídeo que tudo estava dentro do currículo da escola, que não estava trabalhando à toa, que tinha fundamentação teórica, acabei perguntando se estavam falando sobre o tema ou questionando o meu trabalho por eu ser trans, mas o meu currículo é o seguinte, sou professora formada e concursada, como não tinham mais o que falar finalizaram a conversa, meus coordenadores e o diretor elogiaram meu posicionamento e nunca mais aconteceu algo parecido. **Eu sempre falo, pode falar mal de mim, mas não do meu trabalho.** (grifos nossos) (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021)

Mesmo a professora adotando práticas pedagógicas de princípios necessários a profissão docente, sua história profissional não diminui os preconceitos vivenciados, direta ou indiretamente, muitas vezes manifestado por alunos, pais, gestores e colegas de profissão em virtude de sua identidade de gênero e sexual. Ao demarcar a situação que teve que passar na

escola evidencia o quanto ainda precisamos avançar sobre o processo educativo e o respeito as práticas de professores e professoras.

Mesmo com documentos normativos e legislações que discutem a inclusão das diversidades de gênero na escola, ainda há um longo percurso para a efetivação de uma ‘pedagogia do respeito’, pois se estabelecem no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, que se deve reconhecer a diversidade e orientação sexual, pautando em:

Promover medidas que permitam o uso do nome social de travestis e transexuais no serviço público federal, tanto na administração direta quanto nas autarquias, fundações e empresas públicas. Produzir e/ou estimular a confecção e a divulgação de materiais didáticos e paradidáticos e de materiais específicos para a formação de profissionais da educação para a promoção do reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, inclusive em linguagens e tecnologias que contemplem as necessidades das pessoas com deficiências (BRASIL, 2009, p. 31-32)

Por isso se faz necessário permitir que professoras como Jhenifer que se concebem como profissionais que querem fazer a diferença na escola, façam da sua presença na escola como espaço para a discussão da diversidade de gênero.

Ainda relacionado ao processo de ser professora, em tempos de pandemia, com as mudanças estruturais e pedagógicas na escola, a professora nos revela as dificuldades encontradas. Sobre esse processo de ser professora durante a pandemia de Covid-19, Jhenifer destaca que:

Nesse cenário tive que me reinventar, transformar a disciplina teórica interessante para os alunos, embora psicologicamente não esteja na plenitude. O trabalho, além de aumentar teve que se transformar, as relações pessoais que fazem parte do ensino aprendizagem foram deixadas de lado ou trocadas por mensagens de texto e/ou vídeo chamada. A vida fora da escola muda, pois as relações sociais ficam restringidas, em 2020 pudemos fazer o trabalho totalmente remoto. Já em 2021 temos que trabalhar na escola, embora sem alunos, então o cuidado com a saúde coletiva deve ser redobrado (MEMORIAL DA JHENIFER, 2021).

A narrativa de Jhenifer evidencia que são outros tempos e outras preocupações, mas que trazem à tona a urgência de repensar os processos educativos e os cuidados. E em que a educação seja mediada ou não pela tecnologia nos aponte para novos percursos formativos.

O demarcador do tempo modificou as estruturas, redimensionou as práticas, esvaziou as escolas, mas deixou com os/as professores/as a responsabilidades de reduzir o ‘abismo’ educativo de contribuir como salienta Jhenifer para que se diminua as desigualdades educacionais, as exclusões. E que os estudantes compreendam a escola como ela compreende: um espaço emancipador, de se fazer diferente e na diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa recorreu-se aos fundamentos da biografia e memória, tendo professora Jhenifer como interlocutora. Analisar a sua trajetória pessoal e profissional nos levou a um deslocamento do olhar sobre as práticas pedagógicas convencionais, possibilitando perceber ausência dos diálogos sobre sexualidade na escola. Desta forma, a biografia pôde compor os principais elementos para análise dessa pesquisa, pois possibilitou compreender as experiências vividas pela professora, proporcionando o conhecimento de sua trajetória de vida, que representa, ainda que a passos lentos, o direito de ser singular e livre de preconceitos.

A realização dessa pesquisa propiciou o entendimento dos aspectos que são constituintes de uma identidade de gênero, seja ela, heterossexual, transexual, homossexual, pois a partir das narrativas da professora Jhenifer foi possível perceber o quanto padronizamos os comportamentos.

Desta forma, ao longo desse trabalho foi observado os sentidos e significados atribuídos a esses elementos comuns, e como eles se tornam fortes marcadores identitários para a professora Jhenifer. A história de vida apresentada por ela mostra que o corpo e a identidade são constituídos ao longo de sua trajetória. Trouxemos as contribuições de Louro (2000) que nos provoca e nos faz exercitar a reflexão, buscando na memória situações, detalhes, regras e também transgressões que fazem parte de nossa identidade. Ela aponta o possível caminho para que talvez “nos tornemos mais capazes de desarranjá-la, reinventá-la e torna-la plural” as verdades e as certezas sobre corpos e sexualidade (LOURO, 2000, p. 27).

Fundamentada ainda nas teorias de gênero, tivemos uma compreensão mais ampla sobre a transexualidade em nossa sociedade. Como os papéis de gênero foram se construindo em nossa cultura, a partir dessa compreensão, podemos perceber o lugar que a transexualidade ocupa hoje e repensar caminhos para superar a visão limitada e dicotômica.

Para Canen e Canen (2005, p. 21), [...] vivemos em sociedades marcadas pela diversidade de raças, etnias, culturas, gênero e outras características que formam as identidades do sujeito”. Características essas, que influenciam diretamente no âmbito educacional, e por sua vez, nas práticas pedagógicas pontuadas pela diversidade: cultural, de gênero, religiosa, entre outras. Ao expandir o conceito de identidade, abarcando suas pluralidades, o multiculturalismo na formação continuada de professores, ajuda a compreender as múltiplas culturas, dialogando em parceria para o desenvolvimento do profissional docente. Assim, favorecer a diversidade cultural na gestão do currículo para a formação das identidades.

A escola pública lida com diversas formas de diversidades no seu dia a dia, assim, a alteridade permite desenvolver o respeito a diferença, tratando com igualdade de condições o outro. Candau e Moreira () apontam que “a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença”. A instituição escolar silencia e neutraliza a pluralidade, homogeneizando e disciplinando os indivíduos. Desta forma, é necessário desenvolver ações que potencializam o desenvolvimento da aprendizagem respeitando a cultura de cada indivíduo.

Assim, as representações sociais vividas pela professora Jhenifer, acerca dos elementos, que constituem sua identidade pode contribuir para alcançar o objetivo geral dessa pesquisa, uma vez que a partir das narrativas da professora, pensar educação sexual e o direito a diferença, nos permitiu identificar o quanto ainda precisamos de estudos que evidenciem a representatividade de pessoas trans. Podemos compreender a importância da relação familiar dando apoio para que o indivíduo possa vivenciar seu gênero. Também foi observado os poucos relacionamentos interpessoais, tanto no ambiente escolar, quanto no profissional, o que mais uma vez mostra a carência afetiva.

No espaço da escola há ainda muito que se discorrer sobre a representatividade da identidade de cada profissional, tanto que nas narrativas da professora foi possível perceber a dificuldade em ‘naturalizar’ as ações profissionais de uma mulher trans. Entrelaçar a história de vida com a história profissional nos permitiu vislumbrar o quanto ainda temos que inserir essas discussões em âmbito educativo, uma vez que o sentido da educação é formar para a pluralidade.

No espaço escolar demarcado pelos currículos, pelas normas, pelas regras, muitas vezes silenciam outras nuances, como os temas relacionados ao gênero e a sexualidade. Assumir-se como professora trans, para Jhenifer, foi demarcar o lugar de sua fala, de seu ser e de suas escolhas e nos levou a reconhecer a identidade dessa mulher trans que se assumiu e pautou sua vida pela sua dinâmica de vida. Seja na demarcação de seu espaço, seja na família, seja na escola, estabeleceu diálogos e parâmetros sobre como é inserir as relações de gênero como demarcador das diferenças. E ainda mais, como ser uma professora, mulher trans, que possui sua governamentalidade.

A partir dos dados coletados, observamos que a transexualidade é sentida desde a infância, embora não seja compreendida, tal sentimento é relativo à estranheza e a não adequação com as normas de gênero imposta pela sociedade. Ao longo de sua vivência é notório ainda outras tantas diferenças, durante o período escolar chacotas e humilhações são recorrentes, o que acarreta a evasão escolar e a dificuldade de chegarem aos bancos da academia.

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 2000, p. 30).

A omissão e o silenciamento da diversidade sexual e de gênero na escola compactua com a violência e o preconceito, a sala de aula precisa ser um espaço de formação e de respeito aos direitos humanos, sendo os docentes encorajados a assumirem sua responsabilidade frente ao combate de todas as formas de discriminação no ambiente escolar. A dificuldade de se falar sobre diversidade sexual é também a dificuldade em conhecer a própria sexualidade, entendê-la como uma construção que está em constante negociação com o outro e com o social, é fundamental para a compreensão do processo que leva a formação das identidades.

Sabemos que a escola desenvolve um papel de homogeneização dos indivíduos, fazendo com que todos projetem ações da mesma forma. Mas, mesmo na legislação educacional há encaminhamentos para pensar a diversidade sexual, de gênero e alteridade no ambiente escolar. Conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007, p. 31),

Não é apenas na escola que se produz e reproduz o conhecimento, mas é nela que esse saber aparece sistematizado e codificado. Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. (BRASIL, 2007, p. 31).

Percebe-se a partir do documento que cabe a escola, lugar onde sistematiza o conhecimento, ampliar os diálogos, praticando uma pedagogia democrática. A qual compreenda a historicidade do indivíduo, exercitando o protagonismo do estudante como de direito, contribuindo dessa forma, para a construção de metodologias mais ativas e coletivas.

A história da professora Jhenifer abre possibilidades para a compreensão de novas histórias e de diferentes contextos sociais. Mostra que apesar das dificuldades encontradas no caminho, ela sempre se reinventou, rompendo todas as barreiras. Em suas narrativas percebemos que as mudanças acontecem a todo tempo, tanto no âmbito pessoal, como no social e cultural, o que faz com que o ser humano seja único em sua diversidade, reconhecendo essa condição como o primeiro passo para o respeito, não só das pessoas trans, mas também por toda

a minoria representada nesse trabalho. A alteridade não se refere somente a um conceito, mas também a prática de ações. Consiste em reconhecer a existência de pessoas e culturas singulares, de colocar-se no lugar do outro, percebendo-o como singular. Para Trevisan 2006,

em que a consciência de si resulta de um processo de reconhecimento do outro – movimento que o filósofo busca demonstrar na famosa figura do senhor e do escravo –, enfrenta a situação paradoxal de que o outro só existe para que o próprio sujeito possa se reconhecer. A alteridade seria, então, o meio necessário (enquanto negatividade) do reconhecimento do próprio sujeito como consciência de si (TREVISAN, 2006 p. 38).

Ainda é preciso avançar rumo a novas possibilidades entre os saberes que aqui foi discutido. No que se refere a sexualidade, o conhecimento também é plural, e está em trânsito, assim, torna-se imprescindível outras pesquisas envolvendo esse universo em especial, no que tange estudo de gênero e a transexualidade. Desse modo, essa dissertação também fornecerá material para novos estudos e produções científicas, consolidando meu desejo enquanto pesquisadora, dando ênfase a novos aprimoramentos teóricos, práticos, educacionais e compreensivos, que tem a sexualidade como objetivo de estudo e intervenção profissional, a fim de subsidiar o fortalecimento da construção de novos caminhos e discursos acerca da diversidade sexual e de gênero enquanto dimensão humana.

REFERÊNCIAS

- ALGEBAIL, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 63-74.
- AMARAL, Marília dos Santos et al. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 301-311, ago. 2014.
- BRASIL. Projeto de Lei N.º 867 de 2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Interfaces**. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.240-265.
- BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Caderno de gênero e diversidade sexual na escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, 2007.
- BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan/jun 1996.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. 8a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 156-168, maio/ago. 2003.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- DOMINICÉ, Pierre. A biografia educativa: instrumento de investigação para a educação de adultos. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988a. p. 143-153.
- FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988a. p. 17-34.
- FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade”. In: MACHADO, Roberto. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (org) Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017

GAMBOA, Sívio Sánchez. **Epistemologia da pesquisa em educação**. Campinas: [s.n.],1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. **Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil**. *Revista de Didáticas Específicas*, Madrid, n. 1, p. 148-166, dez. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade**. In.: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O Corpo Educado**: pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolônia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014, p. 935-952.

MELLO, Luiz; AVELAR, Bruno; MAROJ, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. *Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto* 2012.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. spe2, p. 184- 189, 2014.

NÓVOA, Antonio. (org.) **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

NUNES, César Aparecido; SILVA, Edna. **As manifestações da sexualidade da criança**. Campinas: Século XXI, 1997.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na escola**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO 2009.

PIERRE, Fabiana de. **Memoria de professoras transexuais do leste de Mato Grosso do Sul**. Paranaíba, MS: UEMS, 2017.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Sl., 2007, p. 07. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf acesso em: 15/07/2021.

RABELO, Amanda Oliveira. A importância da investigação narrativa na educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 171-188, Mar. 2011.

SA, Maria Auxiliadora Á. dos S.; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. Devolutiva de entrevistas: o biograma na pesquisa em educação. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 19, p. 185-192, dez. 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação**: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

SILVA JUNIOR, Enézio de Deus. Diversidade Sexual e suas nomenclaturas. In.: DIAS, Maria Berenice (Org).: **Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1998.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. **História Oral**, v. 4, 2001.

VENCATO, Anna Paula. Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros. **Cadernos AEL**, 10 (18/19). 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2513>.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horiz.** antropol., Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 123- 147. 2006. BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009.

ANEXOS

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Jhenifer Ragnaroni Noronha Alves, nacionalidade Brasileira, 29 anos, solteira, professora, residente em Brasilândia, sito à Rua Anésio Francisco Marques, 1322, fundos, Bairro, Thomas de Almeida concedi material de minhas memórias e autobiografia, como também algumas fotos para a dissertação de Héliida Rodrigues de Lima Carlos, com o título A biografia de uma professora transsexual em Brasilândia/MS: diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual.

Estou ciente também que as memórias serão utilizadas sob meu consentimento. Também fui informada de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu nome.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são Héliida Rodrigues de Lima Carlos orientanda pela Profa Dra Jaqueline Ap. M. Zarbato, (Educação UFMS).

É assegurada, durante toda pesquisa, o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Jhenifer Ragnaroni Noronha Alves

Brasilândia, 23 de abril de 2021

Anexo B - Memorial descritivo - Jhenifer

Meu nome é Jhenifer Ragnaroni Noronha Alves, sou mulher transexual, não faço uso de nome social, judicialmente esse é o meu nome retificado desde o ano de 2018, logo após o regulamento de lei de alteração de nome e sexo no registro civil de pessoas transexual.

A palavra assumir tem um contexto ruim, quem assume algo é porque isto é errado e não é algo errado ou ruim em ser pessoa trans, no entanto eu me identifiquei e me entendi como pessoa trans aos 15 anos de idade e externei isso entre os 18 e 19 anos de idade, desde então busco a maior aproximação do meu corpo com minha identidade de gênero.

Durante meu processo de educação superior, não houve qualquer tipo de comentários ou atitudes preconceituosas direta, tive o privilégio de cursar uma faculdade em que minha turma era totalmente alternativa, havia alunos gays, meninas lésbicas, várias pessoas bissexuais, porém eu fui a primeira e única pessoa trans a estar na faculdade durante meu processo de formação.

Embora eu sempre fui muito acolhida pela equipe gestora da faculdade, eu sabia de forma indireta dos comentários trans fóbicos que circulavam por lá, coisas como o uso do banheiro feminino ou até mesmo pessoas que questionavam e atribuíam estereótipos para mim com a coordenadora do curso, essa mesma coordenadora, em uma de nossas conversas abertas, com a turma e membros da gestão, deixou claro que eu era a única protegida dela, e um de seus maiores orgulhos enquanto acadêmica.

Ser professora não era uma primeira opção, antes desse curso, cursei outros, porém, sem finalizar, com isso, após um ano que fiquei sem estudar, apenas trabalhando, surgiu a oportunidade de fazer o curso e pela aceitação e a ligação que tive me identifiquei e segui a carreira. Meu objetivo era ser pesquisadora, porém, fiz um concurso em 2016, no ano que eu iria finalizar o curso e passei, assim que fui chamada, resolvi pausar os estudos e vivenciar à docência e estou a quase 4 anos nessa vivencia que se iniciou em 2017.

Eu enquanto profissional de educação estou no meu segundo concurso público, o primeiro foi em uma cidade chamada Santa Rita do Pardo, um lugar que se iniciou bem turbulento, por ser uma cidade muito pequena e afastada, as pessoas nunca haviam tido contato direto com uma pessoa trans ocupando um cargo de professora, muitas vezes minha capacidade profissional foi colocada em questão, porém mostrei uma outra realidade, não deixava que questionassem a minha competência e em pouco tempo, fui ganhando respeito e admiração dos pais e da equipe gestora da unidade escolar.

Estive nessa escola durante 1 ano e 9 meses, nesse período, fiz um outro concurso para a cidade que residia e então fui chamada a assumir e retornei para a minha cidade no final do ano de 2018.

Nesse novo ambiente de trabalho nunca presenciei ou fiquei sabendo de atitudes de preconceito, por eu ser da cidade, a minha inteligência e competência profissional me antecederam e o acolhimento que tive só reforçou que eu realmente deveria ter voltado.

O dia de uma professora comum não é fácil, ser trans na educação só te coloca em olhares de crítica, porém desde a minha formação eu sabia desse percurso, mas minha autonomia e construção profissional me deixam tranquila, eles podem me julgar por ser trans,

mas nunca a minha capacidade como professora, pois dentre as críticas eu sempre fui muito elogiada pelos meus gestores enquanto profissional da educação.

No início da minha carreira profissional, houveram alguns episódios de trans fobia, como pais com problemas de aceitação em haver uma professora trans lecionando, dentre a equipe de trabalho e/ou gestora por não respeitar o gênero ou nome social na época em que eu ainda não havia feito a retificação.

Posso dizer que tenho muito mais respeito e aceitação dos meus alunos do que as outras pessoas, todos os meus alunos me respeitam e me tratam da forma correta, as vezes, raramente, um ou outro erra o gênero na hora de me chamar, mas antes que eu precise corrigir os outros alunos já fazem isso, na sala de aula não há perguntas sobre sexualidade, até porque os alunos são reprimidos ou tem vergonha desse assunto, embora em algumas salas o tema é interdisciplinar eu levanto a questão de sexualidade e várias vezes me coloco como exemplo.

No corpo de funcionários ou gestão escolar sempre há discussões e perguntas sobre isso, muitas vezes curiosidades e eu sempre me coloco a disposição para sanar essas dúvidas, tenho uma ótima relação com a equipe gestora e pedagógica, pelo menos aparentemente nunca tive problemas envolvendo minha sexualidade de forma direta com nenhum deles.

Espero que minha trajetória sirva de exemplo para outras pessoas que sofrem com sua sexualidade ou com seu modo de viver feliz a vida. Estar nessa posição pouco reconhecida, mas com tanta visibilidade é um incentivo para as pessoas buscarem uma melhoria ou almejar lugares que não são aceitos ou reconhecidos. Busco sempre mostrar o melhor de mim, sem reprimir ou esconder meus jeitos, formas e modos com a vida que me deixa feliz.

Transcrição da entrevista – google Meet

Onde e em que ano você nasceu e como era constituída sua família?

Nasci em 09 de agosto de 1991, na cidade de Panorama, S.P. A minha família era constituída pelo meu pai, minha mãe e meu irmão, essa é a última formação de nossa família, mas minha família é muito além disso, minha mãe teve outros filhos antes do casamento com meu pai, que foram 3 irmãs, então vem aí 3 irmãs, depois do casamento com meu pai, veio mais um irmão, que no caso era um casal de gêmeos, mas morreu a menina e depois eu fui a última a nascer.

Quais foram as memórias de infância que marcaram sua vida, você desde de criança se reconhecia como diferente das outras crianças?

Sobre minha infância, sempre fui uma criança muito livre, muito aberta, sou a criança caçula do ultimo casamento da minha mãe, eu era uma criança uma criança aberta a fazer muitas coisas, não entendia o que era sexualidade, vivia uma infância que era desapegada desse tipo de coisa, a única coisa que lembro muito da minha infância e também não é sobre sexualidade é sobre o quanto eu gostava de estudar, o quanto meus pais incentivavam isso em mim, eu era uma criança que além de brincar, de fazer todas as coisas, era muito elétrica, bagunçava, se machucava, era uma criança que ao final da tarde ai para casa, tomava banho e começava ler um livro, eu carrego comigo que eu era uma criança que gostava muito de estudar, de dar orgulho para meus pais, de ter notas ótimas, não aceitava tirar notas menores que 10, achava um absurdo apesar de ser uma criança já trazia essa mentalidade comigo de ter sempre as melhores notas, diferente do meu irmão, que não ligavam muito para estudo, então meus pais

sempre me incentivavam muito. A transexualidade, a sexualidade começou bem depois disso, a minha mãe morreu eu tinha 10 anos de idade, até então eu não sabia o que era sexualidade, foi depois dos 12 anos que eu fui aprendendo o que era sexualidade, porque já via os trejeitos em mim, eu ainda não externava a feminilidade, mas os trejeitos já apareciam, então as crianças da escola e os amigos já começavam a praticar bullying comigo, fazendo piadinhas, como era muito irritada, não aceitava as brincadeiras, então eu me defendia, muitas vezes batendo nas outras crianças e isso virava um problemão, mas sempre foi assim, eu não aceitava, na verdade ainda hoje eu não aceito, isso é uma característica muito forte minha. Se alguém falar algo que eu não goste, ou que não seja verdade, eu retruco. Naquela época por mais que fosse verdade eu não aceitava a forma como se referiam a mim, pois eu não entendia aquilo, eu era uma criança sendo criança e eles falavam aquilo. A partir daí comecei a pensar qual era o motivo que eles falavam isso, será que seria real. Foi quando eu comecei a ler sobre o assunto, porque na minha época não tinha internet, até tinha, mas era de difícil acesso, então fui lendo livros e aprendendo o que era sexualidade, como funcionava o corpo humano, porque dentro da minha casa não tínhamos esse tipo de conversa, então tive que aprender sozinha, então eu falo que sou uma transexual autodidata, eu que tinha que aprender o que era e o que não era. No início da minha adolescência, eu não me considerava transexual, e sim uma pessoa gay que era feminina, com o passar do tempo, entre os 15 e 16 anos eu entendi o que era transexualidade, então comecei a externar isso, fazendo uso de roupas mais femininas, foi entre o 18 e 19 anos que decidi me tornar realmente uma pessoa transexual. Nessa época comecei a fazer uso de hormônios e estar na feminilidade pro 24, aprendi então o que era transexualidade e como externar essa sexualidade dentro de mim, transexualidade não é sexualidade e sim uma identidade de gênero, assim passei a mostrar como eu era. Depois de anos, ao conversar com pessoas que me conheciam desde criança, elas falavam que eu sempre fui desse jeito, mais uma vez todos sabiam, mas ninguém conta, eu fui a última a saber e quando soube foi por conta própria.

Nas leituras realizadas sobre mulheres transexuais, pude notar que como a professora Jhenifer vem expondo, a sua identidade só é percebida a partir do olhar do outro, quanto a sociedade percebe o outro como diferente. É muito peculiar essa confirmação da professora, pois pontua mais uma vez a padronização da sociedade, quando o indivíduo não se enquadra heterossexualidade e é visto como diferente.

As pessoas transexuais já sentem que tem alguma coisa diferente, porque não aceitamos os padrões que são impostos e a partir da adolescência vai aflorando hormônios sexuais e você vai vendo que existe uma diferença, quando você olha para o outro e sente uma atração, nesse momento você se sente um monstro, isso não aconteceu comigo, porque sempre achei normal, até uma certa idade eu não sentia necessidade de externalizar, mas quando os outros começaram a falar eu tive que aprender e entender o que eu era. O que meus pensamentos diziam sobre mim. Foi a partir daí que comecei a pensar o que fazer, onde fazer e como fazer para eu ter esse lado, o que era essa sexualidade, porque eu era tão diferente, sendo que eu não me considerava diferente, o mais importante é que nessa época, comecei a ter amizades com pessoas que eram como eu, eu acredito que todas as pessoas transexuais o que salvam elas são as tribos de pessoas trans, gays, lésbicas, porque assim percebemos que não estamos sozinhas, porque dentro do nosso ciclo familiar, a escola, a igreja, eles nos impõe um padrão que não existe e quem não se encaixa nesses padrões estão errados. Mas nessas tribos, vimos que não estamos sozinhas, que podemos ser acolhidas por outras pessoas que pensam igual a nós, que passaram pelas mesmas

dificuldades. Eu me sinto privilegiada, porque eu não tive esse problema com minha família, de aceitação e tal.

A minha família sempre foi maravilhosa e me aceitou, talvez eles não respeitavam minha sexualidade, mas me aceitavam do jeito que eu sou, eles sempre viram o lado ótimo que existia em mim, uma pessoa estudante, uma pessoa batalhadora, compromissada, isso eles sempre viram e veem até hoje. Então isso foi minha base, meu apoio, tanto que nunca tive essa conversa com meus familiares, não precisei falar que sou gay, trans, que sou isso ou aquilo, na minha família, a minha escolha foi algo tão natural eles só forma observando meu desenvolvimento, eu me modificando, não precisou dessa conversa, eles só foram aceitando, nunca questionaram minhas escolhas, tanto que quando eu decidi ser Jhenifer, demorou um pouco para as pessoas aceitarem, para acostumar com meu nome, eu corriji bastante, mas foi super tranquilo. Essas conversas sobre as escolhas são muito dolorosas, ter que falar para a família, ter que se assumir, porque quem assume, assume algo que é errado, um criminoso assume um crime, e nós não praticamos nenhum crime e sim vivemos nossas vidas com nossas escolhas.

Nossa cultura prega a heteronormatividade, por isso muitas vezes as famílias não aceitam a escolha do indivíduo, acaba maltratando e tornando esse caminho mais difícil, batem para corrigir o erro, como se a escolha fosse errada. É importante olhar o outro a partir de nós, sem julgar suas escolhas.

Chamo de desconstrução, a gente julgando o outro pelas suas escolhas, acredito que só somos errados quando prejudicamos o outro, precisamos ter essa desconstrução todos os dias, aceitando o outro com suas escolhas e suas opções de vida.

Na época da escola tanto os professores quanto a gestão escolar, deveriam ser nossos protetores, mas muitos fecham os olhos e eu vejo muito isso na escola. Eu como professora, venho para mudar essa visão, porque os transexuais são pessoas que mais saem da escola, porque não são respeitados, querem debater sobre a escolha do nome. Isso aconteceu muito aqui em Brasilândia, com amigas minhas, onde eram forçadas a falarem o nome do registro, eu achava um abuso, para que isso, algo tão simples, falar um nome, acho que o nome é coisa primaria de uma pessoa e você não é respeitada pelo seu nome, como querer estar em um ambiente que as pessoas não respeitam o mínimo de você? E como professora hoje em dia, quando vejo algum tipo de brincadeira ou alguma coisa errada, explico o certo e o errado daquela atitude, assim contribuo para a desconstrução do pensamento preconceituoso. Na formação da criança, acredito que tanto o professor quanto o gestor escolar deveriam ter esse pensamento de desconstrução, primeiro não misturar religião com educação, respeitando a individualidade de cada um, não embutir pensamentos arcaicos na escola, temos que formar pensadores e bons pensadores, e é por formar maus pensadores que votam em quem votam e temos um governo triste, temos uma sociedade ruim, uma sociedade cheia de problemas, que praticam roubo, discriminam o outro. Se os professores pensassem na raiz do problema e ensinassem a partir daí, quando as crianças chegassem na nossa idade, talvez teríamos uma sociedade melhor, principalmente em relação ao preconceito, onde as mulheres trans não fossem mortas por não serem aceitas, permitindo que todos frequente a escola independente de suas escolhas, visto que a escola é para todos.

Na escola Antônio Henrique Filho eles me dão abertura para fazer o que eu quero, mas já trabalhei em escolas que não me deixava fazer nada, foi um período medieval na minha vida,

eu não tinha voz, e aqui eu tenho voz, posso fazer tanta coisa diferente, acho que é isso, a escola tem que ser isso, incentivar novos projetos e apoiar novos pensamentos, ensinar as crianças a serem adultos melhores.

Brincava bastante, era incrível, criança era criança, brincava todos os dias, se arranhava todos os dias, brincava tanto com meninos como com meninas, algumas brincadeiras faziam mais com meninas e outras mais com meninos as brincadeiras mais agressivas, as mais leves com as meninas. As vezes as pessoas recriminavam porque um menino estava brincando com meninas, mas eu continuava brincando. Ainda bem que minha família nunca fez isso comigo, eu tive uma infância cheia de arranhões, brincava, me machucava, eu nunca fui excluída na infância.

Essa exclusão começou na adolescência, não partindo dos outros, partindo de mim mesmo, eu comecei achar que eu não pertencia aquele grupo e por isso tinha que me afastar, era algo da minha cabeça, mas depois com a terapia, percebi que era coisa da minha cabeça, as pessoas até aceitavam, elas não ligavam, é que criança é maldosa, adolescente é maldoso, eles brincam achando que só uma brincadeira. Nós que já enfrentamos esse problema interno, leva como algo mais sério, eles brincam, na minha época era só brincadeira, hoje é bullying, eles machucam, maltratam. Carrego comigo alguns amigos de infância, conversamos sobre tudo, não tem como esquecer

Durante a adolescência pude perceber que ela se excluiu por se acha diferente, mas aproveitou bastante a infância, conta com muita euforia evidenciando o quanto era feliz, porém na adolescência encontra justificativa para amenizar o preconceito que sofria.

Nessa fase o que mais me marcou foi a morte da minha mãe, porque aconteceu bem na ruptura da infância para a adolescência, isso me abalou demais, porque era uma criança que precisava muito da mãe, e eu não tinha mãe no momento, eu fui criada pelas minhas irmãs e pelo meu pai, ainda bem que meu pai casou com uma pessoa ótima, perfeita, que foi minha madrastra, ela fez o papel de mãe eximamente, foi uma pessoa incrível na minha vida, senão fosse ela eu não seria a pessoa que sou hoje, ela sim fez o papel de mãe, ela defendia, ela falava para as pessoas que não gostava quando as pessoas falavam coisas erradas, ela se orgulha de mim, essa fase de ruptura foi difícil porque foi a época que mais precisava de uma mãe e eu não tinha.

A morte da mãe

Foi uma morte que ninguém entende, eu sai para ir a escola e ela ficou arrumando as coisas, plantando no quintal de casa, deu um infarto e ela morreu, muito jovem, foi uma queda para todos de minha família, ninguém imaginava que uma pessoa tão jovem fosse morrer daquele jeito.

Quando minha mãe morreu foram todos morar na minha casa, tinha eu e meu irmão, ninguém sabia o que iria acontecer. Meu pai quando perdeu a minha mãe ele ficou abalado psicologicamente, não fazia mais nada, não trabalhava, ela era o grande amor da vida dele, não sabia o que fazer, nessa época ele nem sabia que tinha filhos para cuidar, então minhas irmãs foram para casa e fizeram todo o papel, depois de algum tempo, cada um foi vivendo sua vida, foi melhorando e meu pai melhorou, uma irmã ficou para cuidar da gente, depois de algum tempo meu pai arrumou outra pessoa para casar, que foi a minha madrastra, era uma ótima pessoa, eles conversaram e constituímos nossa família, meu pai com os filhos dele e minha

madrasta com a filha dela, aí começamos a viver aqui, nesse lugar, eles não moram mais aqui, porém eu continuo aqui, eu me dava bem com a filha da minha madrasta, tive ciúmes claro, mas foi tranquilo, porque eu sempre tive essa concepção de meu pai ser pai de filhas que não eram dele, porque minha mãe tinha três filhas que não era do meu pai e ele cuidou delas como filhas, então quando veio outra de fora, pra mim era super normal porque, eu sempre tive esse pensamento na minha cabeça, que pai não é o que faz é o que cria, então eu já levei pra mim que se meu pai escolheu essa mulher mãe também vai ser a que cria, não serão as mesmas características de uma mãe porque é impossível, pai a gente até consegue ter outro, mas mãe temos uma só. Mas eu entendi que era possível ter outra constituição familiar outra forma de ter família então pra mim foi muito calmo, muito tranquilo, eu não tive esse problema de achar que isso não podia existir, fui uma criança rebelde nessa época, é claro, mas é por causa de todos os outros problemas, de aceitação homossexual, aceitação de identidade de gênero, de estar saindo de uma base familiar e entrando em outra, estar mudando as coisas, nessa época meu pai mudou de escola e eu mudei de amigos também, foi isso, uma mudança em cima de outra. Eu morava no centro, quando vim para esse bairro era outro tipo de constituição, as pessoas eram diferentes das do outro bairro, por que lá meus vizinhos me viram nascer, eu entrava na casa deles o horário que eu quisesse ou eles iam na minha casa, era uma vizinhança de porta aberta, minha madrinha morava na esquina da minha casa. Eu achei essa mudança bem difícil na época, lá era tão normal um entrar na casa do outro, ou quando uma mãe não sabia onde o filho estava só dava um grito no meio da rua e já iam dizendo onde estava, então foi um adicional de todas essas coisas que me fez ser um pouco rebelde nessa época. Mas melhorei rsrsr.

A adolescência na sua vida é considerada um marco?

Foi na minha adolescência que eu decidi o que seria a minha vida, na adolescência tive a construção de sexualidade, sabendo o que as pessoas pensavam das pessoas trans e pessoas travesti, que eram marginalizadas, que eram as pessoas que eram chacotas, as pessoas que não tinham estudo, eram as pessoas que se jogavam e faziam programa e vendia o corpo para sobreviver, na minha adolescência foi que eu falei que seria uma pessoa diferente, eu quero ser uma pessoa diferente, uma pessoa que as outras pessoas vão olhar e se orgulhar e ver que isso é possível, uma pessoa preta ter noção que ela tem estudo, uma pessoa que não será marginalizada, e que se constitui com que achou melhor para a vida dela. Foi na adolescência que eu comecei a cultivar isso, fui alimentado para que eu viesse ser a pessoa que sou hoje.

Você teve relação com pessoas de outro sexo? Você namorou mulheres?

Sim, a transexualidade não significa que uma pessoa seja só hetero ou só gay, a transexualidade é a única identidade de gênero que a pessoa pode ser hetero, pode ser bi, pode ser pan, pode ser lésbica, pode ser gay, então antes disso sim, eu beijava meninas, namorava meninos e meninas ao mesmo tempo, nunca achei um problema ficar com homem ou ficar com mulher, até hoje eu não tenho esse problema de achar que homem ou mulher seja diferente, é claro que eu tenho mais relações com homens, eu gosto mais de homens, mas se uma menina falar você é muito bonita, vamos dar um beijo, a gente beija, tranquilo é normal. Mas tive sim relações com meninas também.

Onde e em que ano você iniciou sua vida escolar? Lembrança de seus primeiros anos escolares.

Minha vida escolar, fundamental e médio foi todo em Brasilândia, somente sai para estudar fora foi na universidade porque aqui não tinha. Eu sempre fui a queridinha dos professores, sempre era aquela que sentava na frente na mesa da professora, que a professora elogiava a letra, que elogiava a leitura, mas eu era muito terrível, bagunçava, aproveitada porque era a queridinha da professora, essa é minha lembrança que eu era uma ótima aluna, que meu caderno era todo organizado, que meu material era lindo, que era elogiada da escola, acho que isso.

Nos primeiros anos você percebia algum tipo de preconceito na escola?

Não eu era só uma criança, não existia isso, que eu me lembre não.

Sua relação com os professores?

Sim, sempre tive uma boa relação com meus professores, eu nunca tive um professor que eu não gostasse dele pela forma de ele ser professor, acho que todos os professores eu gostava, tinha alguns mais didáticos, outros menos didáticos, tive problema com uma professora, mas que não era problema sobre sexualidade e sim porque eu não achava correto o jeito que ela ensinava, até briguei com ela e foi para a direção, fizemos um abaixo assinado para tirar ela e tirou. Sempre tive uma boa relação de troca com meus professores, até hoje eu tenho né, eu trabalho com eles, eu converso com eles, eu ainda sou nova e eles são um pouquinho mais velhos que eu. Então eu tenho essa troca, de falar como eu era, porque eu bagunçava.

Quando você decidiu seguir essa carreira docente?

Eu lembro perfeitamente de quando eu era criança eu adorava brincar de ser professora, eu brincava achava o máximo, eu adorava arte também, achava aquilo incrível, quando a professora de arte dava aula meus olhos brilhavam, achava como deve ser legal ser professora disso, mas isso foi se apagando com o tempo, quando eu estava no terceiro colegial, aí tive a oportunidade de fazer uma federal, passei na federal para letras, aí pensei vou ser professora de letras, ótimo, porque eu também amo português, mas não deu certo de continuar a faculdade e parei por um tempo na verdade eu não consegui fazer a inscrição, houve um problema e eu não consegui. Nos outros anos eu fui tentando outras faculdades, até entrei em outras, mas não me identificava, percebia que não era para mim e desistia. Quando eu estava com 19 anos, surgiu uma oportunidade de uma bolsa, um amigo meu que trabalhava lá dentro da prefeitura, perguntou o que eu estava fazendo, e me ofereceu uma bolsa de estudo, eu aceitei, precisava de uma faculdade, uma vez que já havia tentado tantas. Foi a bolsa para licenciatura em Arte em Dracena, eu entrei, mas com aquele pensamento, se eu não gostar eu saio, como eu faço toda vez. Só que eu fui gostando tanto, foi voltando tanto a realidade da minha vida, de como eu gostava de ser professora, eu falei, essa faculdade vou ter que terminar, me encontrei. A faculdade foi tão incrível, os professores me colocavam em uma bandeja, falavam essa é minha aluna, porque eu falo assim para muitas pessoas, “eu sou a primeira experiencia de muita gente”, eu fui a primeira aluna trans daquela faculdade, a primeira trans que foi formada, então eles tinha um cuidado tão grande comigo e sempre falavam “ não façam nada de errado com Jhenifer, deixe ela estudar” e eu dava motivos para eles me agradarem, eu sou bem caxias, na faculdade não saia nem se fosse para ir ao barzinho em horário de aula, estudava, estudava, estudava, minhas notas eram 8,0, 9,0 e 10,0, quando era 8,0 era uma briga que eu queria rever toda a nota, mas é difícil, todo mundo fala olha lá a nerdzona.

Em seus relacionamentos com os alunos, com os pais de alunos, colegas quais suas memórias?

Eu acho que eu tenho uma relação de troca muito boa com meus alunos, na verdade meu problema não são os alunos e sim os pais deles, porque com os alunos a relação de troca é muito grande, tem até estudos que falam que pessoas transexuais, pessoas tatuadas, pessoas que se diferem dos outros, são essas que os alunos mais gostam, nós somos pessoas diferentes, os alunos estão construindo personalidades, então eles procuram pessoas fora dos padrões, para construir sua personalidade. Então eu tenho uma relação muito boa com meus alunos, não sei porque, sou brava, exijo respeito dentro da sala, até penso as vezes estar exagerando mas eles vem conversar comigo e falam de uma forma que nem eu entendo, porque eu sou tão chata e eles falam, professora a gente gosta mesmo de você, gosta por gostar, sem eu estar procurando esse gostar deles. É certo que existe algumas exceções, alguns ficam mais afastados, mas eu nunca tive nenhum desrespeito dentro da sala de aula, se acontece as conversas dentro da sala de aula, não chega a mim, eu acho que não acontece, porque, sempre temos aquelas alunas que são as queridinhas que contam tudo o que está acontecendo dentro da sala de aula. Se acontece não chegou a mim até hoje e essa relação de troca com meus alunos é muito boa. Com os professores tem essa relação boa, não é uma relação íntima, igual a que tenho com meus alunos, porque eu carrego meus alunos como se fossem meus sobrinhos, até falo que é a tia Jhenifer, com os meus colegas nem tanto, porque nem todos tem os mesmos pensamentos críticos que eu então é uma relação saudável porque eu não brigo com eles, eu respeito o espaço deles e faço eles respeitarem o meu, nunca tive problema deles não aceitarem eu como professora ou profissional e eu até me mostro como uma ótima profissional, para não ter esse tipo de conflito e conversa, porque se tiver esse tipo de conversa não vai ser legal de ambas as partes e não terão motivos para falar que não sou uma boa profissional. Mas dentro das salas dos professores quando se reúnem todo mundo a conversa se desenvolve como igual, não que eu seja diferente, a gente brinca igual e vai levando a vida como pessoas da mesma classe profissional e trabalhando por um mesmo objetivo. Claro que eu tenho pensamentos que são mais progressistas né, as vezes eles ficam tensos, mas entendem, sabem que esse é meu jeito e vai ser assim.

Você já trabalhou antes de ser professora?

Trabalhei como professora substituta poucas vezes, depois disso, só trabalhei depois de concursada. É algo que me segura muito de eu fazer, de pensar, de falar é esse concurso público.

Relação com os gestores

A primeira que eu trabalhei sempre me questionavam, foi um período de trevas na minha vida, tanto que eu nem gosto de lembrar, foi em Santa Rita, eles não me aceitavam, era uma cidade pequena, totalmente pragmática, de pessoas que misturam religião com escola, eles achavam que por eu ser uma pessoa transexual eu não tinha capacidade suficiente, mas eu mostrei para eles que não, que eu era a melhor professora que tinha, naquele lugar tive que mostrar o meu melhor a todo minuto, foi um período muito de trevas, foi o período que mais me abalou psicologicamente foi quando eu trabalhei lá, pensei em desistir na segunda semana de aula, mas não sou uma pessoa de desistir, então eu vou trabalhar do jeito que tem que trabalhar e eu vou levar isso como uma escola para minha vida, foi lá que aprendi a me defender, a mostrar meus ideais, a ver o que era ser uma professora por conta própria e o que era ser uma professora por gestão escolar. Eles me obrigavam a trabalhar de uma forma, eu contestava,

falava que ninguém me colocou aqui de graça, eu passei no concurso, fiz uma faculdade, vou trabalhar do jeito que eu acho certo, está na BNCC que o professor pode trabalhar da forma correta, eles tentavam me forçar de um jeito e eu não aceitava. Eu falo que aquela escola foi terrível e é até hoje, todos falam. Ainda bem que está no passado, eu não quero nunca mais voltar lá, nem se for para fazer uma palestra, volto naquele lugar.

Quais os problemas enfrentados na sua atuação como professora que você atribui a sua orientação sexual?

Então, tem um probleminha, que para mim não é problema, mas eu trabalho ele com muito cuidado, porque eu trabalho com arte e trabalha muito com o corpo humano. A maioria dos artistas são pessoas que levam a vida muito libertina e quando eu preciso trabalhar esses temas com meus alunos, tenho que ter mais cuidado, porque eu não sei o que pode acontecer, ou como esses alunos vão levar esse assunto para casa, ou como eles vão transformar esse assunto na casa deles. Porque por eu ser transexual, um pontinho pode virar um livro, se eu falar do renascimento, que fala muito sobre o corpo humano, sobre sexo, sobre homens ficando com homens como acontecia, no modernismo fala sobre as pessoas que faziam sexo todos juntas e os pintores reproduziam essas orgias sexuais, então se eu passo isso para o aluno de uma forma que ele não compreenda, isso pode virar um problema muito grande para mim. Eles não vão falar que a matéria é inadequada, mas sim porque uma professora trans está querendo com isso, incentivando meu filho a ter esse tipo de comportamento. Já aconteceu isso, quando eu entrei na escola, mesmo estando no currículo, não sei se eu fui boba, eu entrei na escola e fui trabalhar a grade que falava sobre cultura, diversidade de gênero entre outras coisas, passei um vídeo, bem naquela época que eles estavam falando sobre ninguém nasce homem, ninguém nasce mulher, não me recordo, foi um assunto assim, passei o vídeo para discutir com os alunos, porém alguns alunos não entenderam bem e de pais religiosos levaram isso para fora da escola, no outro dia, me chamaram na escola, perguntando o que estava acontecendo, porque eu estava fazendo isso, mas o problema não era nem a gestão escolar, o problema era os pais achando que aquilo não era assunto da aula. Foi tudo uma grande conversa, nessa época que teve uma mãe, o vídeo era até sobre racismo, temas gerais que abordava a arte, inclusive teve uma mãe nessa época que falou que racismo não existia, aí lá vai eu falar todo meu currículo, explicar o que estava acontecendo, tive que falar que não era simplesmente um vídeo qualquer, que eu estava trabalhando de acordo com o currículo, ainda bem que tenho uma boa memória, aí fui explicando o currículo fala sobre isso e minha aula aborda tais pensadores, eu trabalho de acordo com tal filósofo, não estou trabalhando isso atoa, não sei se vocês estão falando sobre o tema ou se estão falando sobre o meu trabalho, mas se for sobre o meu trabalho, meu currículo é esse, sou professora e já estudei várias coisas, foi fim de história, não tinham mais o que falar, porque eu não deixei brecha, meus coordenadores e diretor me defenderam, depois até me parabenizaram pelo meu posicionamento e nunca mais aconteceu nada, se chegou a eles alguma coisa desse tipo eles devem ter resolvido. Eu sempre falo, vocês podem falar mal de mim, mas não do meu trabalho.

Quais foram os impactos na sua vida profissional ao decidir fazer suas mudanças no corpo, tomar hormônio, se vestir como mulher, você já trabalhava?

Eu não trabalhava como professora, trabalhava na assistência social concursada, mas já tinha externalizado minha transexualidade, nunca tive impacto nenhum, porque até na adolescência eu já era muito feminina, a única coisa que deu diferença foi o peito, a cintura, foi

o corpo que foi aumentando por causa dos hormônios, acredito que esse desenvolvimento do meu corpo foi comum para as pessoas por que não foi algo de um dia para o outro, foi um processo. Mas eu não tive nenhum tipo de impacto.

Sua iniciação sexual aconteceu na sua adolescência ou juventude, antes ou depois da transição?

Aconteceu antes da transição, mas já adulta. Eu perdi a virgindade com 18 anos eu estava no início do processo, porque a transição aconteceu mesmo com 19 anos. Quando eu troquei o nome foi depois dessa época, a lei surgiu em 2017, antes disso já havia iniciado o processo, mas era muito demorado, tinha que passar por psicóloga, psiquiatra, endocrinologista, tinha que ter testemunha que você tinha outro nome, então era muito difícil e caro, mas eu iniciei esse processo, juntando toda a documentação e ainda bem, graças aos militantes, no meio dessa época, surgiu essa lei, aí eu fui a primeira pessoa que foi ao cartório da minha cidade, talvez até a primeira do interior do mato grosso do sul que readequou o nome, troquei o nome, sexo e ficou tudo.

A transexualidade funciona da seguinte forma é uma pessoa que está em um corpo diferente do que psicológico dela determina, ou seja, uma pessoa que foi determinada com homem ao nascer, mas ela se sente como mulher. Porém não existe apenas esse tipo de transexualidade, que são as transexualidades bigeneras, tem pessoas que não se identificam só como homem, ou só como mulher, ou pessoas que se identificam com as duas coisas, tem pessoas que não se identificam com gênero nenhum. A transexualidade está no interno e não no externo, junto com o psicológico e também a construção social que mostra que a pessoa é transexual ou não, tanto que algumas pessoas só se descobrem como transexuais depois dos 40, 50 anos, é o que acontece com a Laerte, transexual bem famosa que se reconheceu com transexual tarde, não é algo que a pessoa precisa fazer isso ou aquilo. Muitas pessoas falam que existe dois módulos, brincamos entre nós que somos avatar ou um powerends que vai mudando, um poquemon, mas não é assim, as pessoas pensam que começa gay, depois vira travesti, depois vira transexual, depois vira mulher, não é assim, cada um na sua escadinha, na sua escolha. Também existe pessoas que acham que quando não faz nenhuma mudança no corpo, não toma hormônio é travesti e transexual é a que mudou de sexo, mas tem algo muito importante que precisam saber é que travesti e transexual é tudo a mesma coisa.

A palavra travesti, é arte vou contar um pouquinho da história para você, na época o padre Anchieta catequisava as pessoas e somente homens poderiam fazer os papéis tanto masculino como feminino, então os homens que se vestiam de mulher para fazer os papéis femininos eram as travestis, porque era o homem travestido de mulher para fazer uma peça de teatro, foi a partir daí que essa palavra surgiu no Brasil e que as pessoas que eram transexuais elas começaram a ser chamadas de travestis e até hoje acham que travesti é um homem vestido de mulher, porém é histórico, essa palavra travesti existe somente na América Latina, não existe em outro lugar do mundo, só existe essa confusão entre travesti e transexual aqui no Brasil, hoje ainda algumas pessoas transexuais usam a palavra travesti, eu mesmo uso a palavra travesti, por que eu falando travesti é uma de demonstrar força e apoio para mostrar a realidade, eu falo eu sou travesti, porque travesti é uma palavra muito forte, quando uma pessoa fala eu sou uma pessoa transexual a gente já sente no teor da palavra uma amena. A gente coloca travesti como aquela subalterna que se prostitui, que tem traços masculinos, que é feia, que é jogada para lá e para cá e a transexual não, por mais que tenha preconceito a gente coloca no

pedestal, porque é aquela pessoa que é mais culta, que já mudou o corpo dela, que tem um estudo, então eu acho importante dentro da militância, falar sobre o travesti e mostrar que fazem essa diferença.

Anexo C - Fotos

